

SÉRIE ANTROPOLOGIA

120

MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

KLAAS AXEL A.W. WOORTMANN

**Brasília
1992**

Advertência ao Leitor

Este trabalho foi escrito há 21 anos, como "term paper", isto é, trabalho de fim de semestre da disciplina Modernização na América Latina, ministrada por Gino Germani em Harvard. O paper mereceu menção "A" e me valeu um convite para assumir a função de Teaching Fellow junto a Germani.

O trabalho foi considerado de boa qualidade (chegou-se mesmo a sugerir a possibilidade de sua publicação, na época). Contudo, acabou por se extraviar, coisa que, no meu caso, não é nada surpreendente. Há poucos dias, remexendo um monte de papéis velhos, o encontrei, em meio a alguns outros trabalhos que também já havia dado como perdidos. Tomei então a decisão de torná-lo público através de nossa Série Antropologia.

Trata-se, sem dúvida, de uma temeridade. Em primeiro lugar, porque não é um texto antropológico, embora eu seja hoje antropólogo. De fato, foi para chegar a sê-lo que rumei para Harvard, embora lá não tenha me distanciado dos sociólogos, de cujo campo fiz meu "domínio conexo". Em segundo lugar, é um texto antigo, que já completou duas décadas. Ele deve ser lido, pois, com um espírito de relativismo projetado no tempo. Afinal, hoje não se discutem mais esses assuntos da mesma maneira. Ele expressa, contudo o que se pensava na época sobre "modernização" e o que se criticava na época quanto às teorias da modernização.

Trago o trabalho a público como uma homenagem a Germani, a quem aprendi a admirar como intelectual e como pessoa. Germani foi, sem dúvida, um dos expoentes da sociologia latinoamericana, tendo contribuído substancialmente para a discussão de questões ao mesmo tempo sociais e teóricas, como a questão da marginalidade, da modernização e do desenvolvimento. Este não é um trabalho sobre Germani. Foi um trabalho para Germani, sobre um tema central em suas preocupações. Por isso, não introduzi quaisquer modificações no texto; não o atualizei, o que seria fácil, respaldando-me na "wisdom of hindsight". Prefiro deixá-lo tal qual Germani o leu.

MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: Conceitos contraditórios.

Os conceitos de modernização e de desenvolvimento têm sido empregados em sentidos os mais diversos, e freqüentemente de forma intercambiável, expressando teorias e ideologias contraditórias entre si. A noção de modernização, particularmente, surge como categoria teórica bastante ambígua. De um lado, pode se constituir em categoria analítica útil para a inteligência de determinadas condições, estruturais ou psico-sociais, e de determinados processos relacionados à dinâmica do desenvolvimento. Mas pode também, de outro lado, constituir-se em instrumento destinado a mascarar a problemática do desenvolvimento, na medida em que retira a especificidade de cada "situação subdesenvolvida" (suas determinações emergentes) em benefício de esquemas abstrato-formais, ou anula a essência daquela situação como parte integrante de um sistema econômico-político que transcende a realidade interna de cada caso específico. De um modo geral, as teorias da modernização consistem em modelos de causalidade psico-social, ou de explicação culturalista-difusionista. Tanto, uns como outros tendem a substituir os fatores estruturais internos (a dinâmica e as contradições de classe) e externos (as relações de dependência) pela personalidade dos agentes individuais da mudança e pela adoção de "traços culturais" vindos de países desenvolvidos, notadamente hábitos de consumo.

Não é nosso intento negar validade à noção de modernização, referida pela sociologia norteamericana a configurações de ordem psico-social e cultural. Mudanças no sentido da constituição de tais configurações seguramente ocorrem. Por outro lado, a modernização ao nível institucional, tal como certas reformas (administrativa, universitária, etc.) têm um papel a desempenhar no processo de desenvolvimento, na medida em que este requer a industrialização e a "tecnologização" de uma sociedade. Assim também, determinadas orientações de valor parecem ser incompatíveis com uma ordem urbano-industrial. Mas, nem sempre a modernização é desenvolvimentista. De fato, em situações específicas ela pode se constituir em instrumento de dependência; por outro lado, a mudança no sentido da industrialização pode prescindir, como no caso brasileiro, de certos tipos de personalidade supostamente "necessários" como pré-condição do desenvolvimento.

A formação de novos hábitos de consumo, seja dos produtos materiais ou não materiais da vida social urbana, pode se constituir em fator dinâmico da mudança. O papel da educação, neste sentido, não é desprezível, muito embora, como têm notado vários estudiosos da América Latina, um "excesso educacional", relativamente à capacidade de absorção funcional da sociedade pode, ao contrário, constituir-se em fator de retardamento do desenvolvimento. A "inchação" burocrática do aparelho estatal por uma classe média produzida pela modernização - notadamente durante o período chamado por Germani (1969) de III etapa do processo de modernização da América Latina (o período de "crecimiento hacia afuera") - por sua vez pressionadora de uma expansão educacional quantitativamente excedente e qualitativamente "tradicional", é freqüentemente apontada como obstáculo ao desenvolvimento, e mesmo, num paradoxo aparente, como fator de reforçamento de padrões sociais tradicionais de clientelismo.

Subdesenvolvimento e desenvolvimento não constituem situações polares independentes, como surgem nas categorias formais do "modernismo-tradicionalismo", e entre os quais transitariam os países do Terceiro Mundo, mas sim as contrapartes de uma

mesma totalidade sincrética que podem ser mediadas, integrativa ou desintegrativamente, por um processo de modernização, a depender da forma pela qual este se manifesta. Neste sentido, ganha relevância a noção de modernização quando associada, como o faz Germani (1969), à de mobilização, mas perdem validade os modelos dicotômicos de causalidade psico-social que desconectam a dimensão dos valores dos fatores estruturais.

Finalmente, poderia-se discutir a validade de uma teoria das elites (frequentemente um dos componentes dos modelos de modernização) como substitutiva de uma teoria das classes, a obscurecer certas dimensões do processo subdesenvolvimento-desenvolvimento. Seguramente, não devemos rejeitar a noção de elites, mas apenas pô-la em quarentena, quando ela surge como alternativa à noção de classe dominante.

Para vários autores, os modelos de modernização, como configuração de valores, surgem como contribuição sociológica à teoria do desenvolvimento. Mas este último continua a ser visto por tais autores como um agregado estatístico de quantidades. É o caso, por exemplo, do neo-parsoniano Inkeles (comunicação verbal no seminário *The Social Psychology of Modernization - Soc. 278 - GCAS - 1970*) e de Lerner (1964). Para eles, o problema se resume numa "síndrome de desenvolvimento" reunindo fatores tais como PIB, urbanização, alfabetização e os demais indicadores costumeiramente utilizados para comparar sociedades "atrasadas" e "adiantadas", relacionados a características de personalidade. Mas tal concepção é apenas descritiva do atraso econômico, e não explicativa do subdesenvolvimento que, se inclui o atraso é, por outro lado, uma categoria mais ampla que este. Ademais, não é necessário insistir sobre o caráter falacioso dos agregados estatísticos: a noção de renda-per-cápita, ainda que útil para certas comparações, não exprime realmente as condições estruturais dos países segundo ela classificados - o caso do Kuwait é clássico, e expressivo é também o da Venezuela.

Nessa concepção, desenvolvimento confunde-se com crescimento econômico. Ainda que, evidentemente, desenvolvimento pressuponha crescimento, esses dois processos não são equivalentes. Muito pelo contrário, na situação específica da América Latina, o crescimento - e a modernização a ela associada - podem caracterizar-se como anti-desenvolvimento, na medida em que podem acentuar a dependência externa e a satelização interna das respectivas sociedades.

Ainda hoje, a caracterização do processo de desenvolvimento é feita nos termos de um contínuo desde uma baixa até uma alta renda-per-capita. Comparam-se, assim, países atrasados com países adiantados, e comparam-se os primeiros entre si, separados arbitrariamente por um corte de intervalos estatísticos, pressupondo um movimento gradativo no sentido do polo "alto". Contudo, se tal abordagem tem sido criticada por sociólogos e por economistas, não deixou ela de ter um efeito salutar. As estimativas e projeções tem deixado claro que o pressuposto reconfortante de uma evolução no sentido do polo "adiantado" carece de fundamento: na realidade, a distância entre os países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos" tende a crescer; em termos relativos (e subdesenvolvimento é uma categoria relativa) os países "atrasados" tornam-se cada vez mais atrasados. Alguns casos excepcionais, naturalmente, existem, como o do Japão, mas este é de pouca significação para a explicação da situação latino-americana, dada a diversidade na natureza do processo histórico entre aquele país e esta região, que tem como constante em todo o seu processo evolutivo a "satelização" e a estreita dependência face aos mercados mundiais, a reforçar suas estruturas sociais internas.

Uma tentativa de refinar o modelo mais simples, que define o subdesenvolvimento

em termos de renda-per-capita é a combinação desse indicador com outros, geralmente ao nível do consumo: consumo de bens e serviços; condições de salubridade, de escolarização, de alimentação, etc., formando a já referida "síndrome de desenvolvimento". Ou então, a consideração de fatores próximos, supostamente causadores de uma baixa renda-per-capita: pequena diferenciação estrutural do aparelho produtivo, com predominância do setor primário; baixa produtividade; baixa taxa de investimento, etc.:

"Relaciona-se o primeiro grupo de indicadores (os indicadores do consumo de bens e serviços) com o segundo (os fatores próximos) e, dentre esses últimos, especialmente graus diferenciais de produtividade e investimento. Na forma mais elaborada este relacionamento apela às noções de propensão ao consumo e de propensão ao investimento. O crescimento demográfico aparece, neste relacionamento, como fator adicional, 'explicativo' da tendência à elevação mais que proporcional do consumo em relação ao incremento do produto; isto é, como fator de retardamento, ao promover baixa taxa de poupança e/ou investimento" (Pereira, 1968, pg. 2).

Nesta formulação, a propensão ao consumo aparece como fator obstaculizante do crescimento, enquanto a propensão ao investimento seria fator estimulante. As duas noções não são estranhas à teoria da modernização, mas a ela se relacionam de maneira contraditória.

Um dos resultados da modernização é precisamente a elevação dos níveis de consumo, freqüentemente além da capacidade produtiva de determinada sociedade. De fato, se considerarmos o processo de modernização no sentido em que é definido por Bazzanella torna-se clara tal tendência:

"Por modernização entendemos o processo pelo qual são introduzidos numa sociedade os produtos, quer materiais (bens e mercadorias) quer sociais (hábitos, valores, formas características de comportamento, enfim modos de pensar, sentir e agir) da Revolução Industrial ocorrida noutros países ou regiões, sem que esses produtos resultem de um processo interno de desenvolvimento da sociedade em questão" (Bazzanella, 1963, pg.71)

De fato, uma das manifestações da "modernização" - que na verdade se opõe à constituição de um tipo de homem moderno, tal como surge nos modelos de "modernity" derivados da teoria weberiana - é a adoção de padrões de consumo funcionalmente integrados em outros sistemas sócio-econômicos, mas disfuncionais no que tange ao desenvolvimento. Particularmente a modernização "consumista" das classes média e dominante que, ademais, pode se constituir em componente simbólico de status tradicional. Tal modernização, e tal propensão ao consumo são porém de efeito ambíguo: podem resultar num prolongamento da dependência quando, como durante o estágio de "crecimiento hacia afuera" as exportações primárias permitiam altos níveis de consumo importado; mas podem também, por outro lado, principalmente quando associadas a formas de mobilização, no sentido dado ao termo por Germani (op.cit.), em determinadas condições conjunturais e estruturais, produzir pressões dinâmicas, tal como ocorre pelas tensões produzidas pela defasagem entre "padrão de vida" e "nível de vida".

Por outro lado, aquela mesma abordagem deu margem a um sem número de contribuições à teoria demográfica do desenvolvimento. Da relação entre renda e população inferiu-se que o crescimento desta última, considerado "intolerável" para as

economias latino-americanas, seria o principal fator obstaculizante do desenvolvimento, por impedir uma adequada taxa de investimento. Um alto crescimento demográfico tenderia a absorver o PIB, neutralizando, ou anulando, os efeitos dinâmicos do crescimento econômico. Trata-se de uma nova versão da oposição entre consumo e poupança. Mas, resta indagar, quem poupa e quem consome? Uma das limitações dessa abordagem é a de fazer tabula rasa da estrutura social dos países subdesenvolvidos e das extremas distâncias internas entre as diferentes classes sociais.

Se são as classes populares aquelas cujo crescimento demográfico causa preocupação, são elas também as que menos consomem, dada sua baixa participação na renda gerada, participação essa que, de fato, tende a diminuir, não por efeito de seu incremento demográfico, mas por efeito da crescente concentração de renda propiciada pelo modelo de industrialização latino-americano, a partir da substituição de importações, como mostra Furtado (1968). A renda familiar das classes populares é, na verdade, tão baixa que, para grande parte da população os níveis de consumo são meros níveis de subsistência, não fazendo qualquer sentido a consideração da poupança. Esta pode ser feita quer pela classe média, que não demonstra tal propensão precisamente por estar se "modernizando", ou pelas camadas empresariais, urbanas ou rurais, que tendem, contudo, a um exagerado consumo conspícuo. Exemplo flagrante é o do cacauicultor baiano: durante 20 anos ou mais, uma vez feito o investimento inicial, não se preocupa com reinversões, mas utiliza os lucros para consumo suntuário ou para a manutenção de posições políticas. Seguindo-se a inevitável queda de produtividade, e conseqüente elevação dos custos relativos, a rentabilidade do capital passa a ser buscada na intensificação da exploração do trabalho e no pressionamento sobre o Estado, no sentido de políticas de preços e de subvencionamento da produção.

Restaria ainda perguntar porque a preocupação dos teóricos dos países desenvolvidos, e dos tecnocratas dos países subdesenvolvidos, com o crescimento demográfico. Trata-se de uma preocupação com o crescimento demográfico em geral, ou com aquele das camadas populares?

Parece ser esta última dimensão que constitui a preocupação predominante, e é com relação a ela que se tem elaborado programas de restrição da natalidade. É certo, naturalmente, que as camadas médias e superiores são menos fecundas que as inferiores, e que a diminuição das taxas de natalidade se correlaciona positivamente com a mobilidade social, mas é bastante sintomático que a preocupação de teóricos e planejadores se dirija àquelas categorias sociais cuja mobilização poderia provocar alterações no status quo. O crescimento demográfico dessas camadas, não acompanhado por um incremento suficiente do sistema produtivo, capaz de mantê-las "integradas", é um dos fatores que pode torná-las mobilizáveis, inclusive pela migração rural-urbana.

Pode-se observar conexões entre demografia e desenvolvimento. Contudo, uma "demografização" do problema, associada, a uma definição de subdesenvolvimento que substitui formações histórico-estruturais por agregados quantitativos, parece sensibilizar particularmente aqueles setores envolvidos na manutenção do status quo, ainda que modernizando-o (missão esta atribuída ao capital estrangeiro). Ademais, se uma das dimensões que caracterizam a modernização é a alteração de padrões familiares, inclusive no que concerne ao tamanho da família, não é menos verdade que a própria "explosão demográfica" é também uma conseqüência da modernização, quando esta coloca à disposição da sociedade recursos médico-sanitários, e quando ela, operando ao nível dos

valores e atitudes, cria disposições favoráveis ao uso de tais recursos. De resto, é duvidoso que se possa definir uma alta taxa de natalidade como indicador de "tradicionalismo": alguns estudos tem revelado como um grande número de filhos é funcional para o ajustamento de famílias pobres no sistema inclusivo.

Conforme ressalta Pereira (1970) a forma mais refinada dentre as concepções do gênero acima tratado é aquela representada por Nurske e por Myrdal, que partindo da mesma ordem de dados empíricos, organizam-nos em determinadas constelações, conhecidas como "o círculo vicioso da pobreza". Trata-se de um modo de apreensão dos fatores do subdesenvolvimento que supõe uma perspectiva dinâmica da situação subdesenvolvida. Todavia, apresenta uma limitação: a dinâmica apreendida é aquela permitida por uma concepção basicamente "funcionalista" e empirista que apenas retém interrelações entre indicadores e certas categorias postas ao nível fenomênico (oferta de capital; propensão à poupança, etc.). Para Nurske o círculo vicioso da pobreza implica

"...numa constelação circular de forças, tendendo a agir e reagir uma sobre as outras de tal modo a conservar o país pobre em estado de pobreza. ... Talvez as mais importantes dessas relações circulares sejam aquelas que dificultam a acumulação de capital em países economicamente atrasados. A oferta de capital é determinada pela habilidade e propensão para poupar. A procura de capital é determinada pelos incentivos para investir. A relação circular existe entre ambos os lados do problema da formação de capital nas áreas do mundo dominadas pela pobreza. Do lado da oferta, há uma pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível de renda real. A renda real baixa é o reflexo da baixa produtividade que, por sua vez, é devida em grande parte à falta de capital. A falta de capital é o resultado da pequena capacidade de poupar e assim o círculo se completa. Do lado da procura, pode o estímulo para investir ser baixo em virtude do pequeno poder de compra da população, conseqüência da reduzida renda real, o que também ocorre por causa da baixa produtividade. Entretanto, o baixo nível de produtividade é conseqüência do modesto montante de capital aplicado na produção que pode ser, por sua vez, causado ao menos parcialmente, pelo pequeno estímulo para investir. O ponto comum em ambos os círculos é o baixo nível de renda real, refletindo baixa produtividade" (Nurske,1957; apud Pereira, 1970).

Myrdal, procurando dar dinamicidade ao modelo circular, introduz a noção de causação circular cumulativa. Se a formulação de Nurske é estática, desenbocando a circularidade na estagnação, e simplesmente descritiva, a abordagem de Myrdal mais claramente substitui a noção de unidade geopolítica - o país - pela noção de sistema e, como tal, o subdesenvolvimento é colocado em contraste a outros sistemas econômicos mais adiantados. Por outro lado, sua consideração dos mecanismos econômicos do subdesenvolvimento é mais ampliada, com relação a Nurske, na medida em que este se limita à concepção de um "estado estacionário", enquanto o primeiro alcança um processo cumulativo ascendente ou descendente, e a noção de reversão do sentido da causação, de descendente para ascendente (Cf. Pereira, 1970).

Em Myrdal, ademais, observa-se mais claramente uma aproximação à caracterização do subdesenvolvimento como categoria histórica, pela retenção de fatores não-econômicos, ainda que tais fatores sejam apenas apontados, e não explicados. É quando Myrdal se refere a "fatores exógenos". Todavia, cumpre notar que por "exógeno" entende Myrdal externo ao plano econômico, mas não externo à "formação subdesenvolvida", não se colocando em seu esquema analítico a relação entre sistemas

subdesenvolvidos e sistemas desenvolvidos.

A consideração de fatores exógenos constitui, todavia, um passo apreciável na análise do desenvolvimento, no sentido daquilo que outros autores iriam realizar ao focalizar as motivações dos agentes dos processos sociais. Este é o foco principal das teorias e modelos de mudança no sentido da constituição de tipos urbano-industriais que podemos chamar, de modo geral, teorias da modernização e modelos do "homem moderno".

A HERANÇA PARSONIANA.

De um modo geral, as teorias da modernização focalizam a dimensão psico-social do processo de mudança desde uma situação abstratamente concebida como tradicional para outra, definida como moderna e, explícita ou implicitamente, referida ao tipo capitalista-ocidental. Quase todas essas teorias da modernização derivam, de uma forma ou outra, da formulação weberiana do "espírito capitalista" e da "ética protestante". Mas a filiação weberiana não é direta: na maior parte dos modelos se percebe a mediação parsoniana. Se Parsons é considerado um atualizador de Weber, existem, no entanto, profundas diferenças separando os dois pensamentos. Enquanto Weber, não obstante lidar heurísticamente com tipos ideais, retém em sua análise a historicidade do fato, Parsons é basicamente a-histórico e formalista, e aproxima-se perigosamente da reificação do tipo ideal, armadilha em que caíram também alguns de seus discípulos. Por outro lado, enquanto Weber lida com conexões de sentido, Parsons opera com categorias analíticas desprovidas de sentido e de realidade - os papéis.

Como é sabido, duas noções são centrais em toda a construção teórica de Parsons: papéis e orientações de valor. Se as unidades do sistema de ação são os atores, tais atores são concebidos, não em termos de personalidades globais (como teríamos em Weber), mas em termos de papéis. Valores são componentes do sistema simbólico que fornecem os critérios para tipos alternativos de orientação da ação possíveis. Possíveis não nos limites de situações históricas concretas, mas nos limites das possibilidades lógicas que compõem o modelo das "variáveis-padrão".

No modelo parsoniano papéis e valores são o fulcro do sistema social. Expectativas de papéis e as correspondentes sanções repousam sobre valores, e podem ser mais ou menos institucionalizadas. Como conceitos-limite temos a oposição entre institucionalização e anomia, isto é, entre participação universal nos valores e sua plena interiorização, de um lado, e a inexistência de reciprocidade valorativa no processo de interação, de outro. É curioso que, apesar da anomia ser uma das conseqüências da modernização diferencial de segmentos sociais, pouca atenção tem recebido por parte dos construtores de modelos de modernismo, mais interessados num modelo logicamente fechado. Quando recebeu atenção, decorreu esta da dificuldade de certos autores em visualizar uma sociedade onde padrões culturais autóctones coexistem com padrões ocidentais importados, e onde os primeiros, não obstante tradicionais, possuem função dinâmica.

Se os papéis são as unidades do sistema social, eles devem ser distribuídos pelos membros da sociedade, isto é, devem ser desempenhados por pessoas, para que a sociedade possa funcionar. É nesse processo de distribuição que se tornam relevantes as orientações

de valor, que irão caracterizar os tipos de sociedade. Da dicotomia "instrumental-expressivo", utilizada por Parsons na análise da distribuição de papéis no subsistema familiar, deriva a oposição entre **afetividade** e **neutralidade afetiva**.

"Isto significa que as orientações avaliatórias instrumentais e morais impõem que o ator renuncie a certas satisfações mais diretas, que se enquadram nas orientações expressivas. É a oposição entre as manifestações afetivas e a disciplina" (Andrada Coelho, 1969:146).

O segundo par de oposições é o que contrapõe **universalismo** e **particularismo**, isto é, a orientação cognitiva em oposição à apreciativa. Segue-se a alternativa da oposição entre interesses privados e coletivos - a **orientação para si** e a **orientação para a coletividade**. Outra oposição, esta mais ligada à noção de secularização, é aquela entre **atribuição** e **realização** que, juntamente com a oposição **especificidade-difusão**, refere-se, mais propriamente, ao próprio objeto da ação, o "alter".

Com esses pares de alternativas-padrão, estariam esgotadas as possibilidades de caracterização de estruturas, e teríamos o ponto de partida para uma tipologia geral de sistemas sociais. O formalismo do esquema é a própria razão de seu vazio. Que compreensão se alcançaria sobre, digamos, a dinâmica da sociedade brasileira, ou outra qualquer, a partir dessas categorias? Desistoricizando a sociedade, desaparece todo o sentido da ação de grupos sociais.

Andrada Coelho ressalta que o modelo de Parsons é uma síntese de Freud com Durkheim:

"Freud, no entender de Parsons, não levava suficientemente em conta o fato de que a interação entre os indivíduos, inclusive nas relações entre pais e filhos, é moldada pelo sistema social. Durkheim, por sua vez, tende a exagerar a importância da regra coercitiva, ignorando a ação do contato entre personalidades, de que é feito o convívio social. A síntese parsoniana se funda no conceito de papel, que é ao mesmo tempo exterior ao indivíduo, como parte de uma instituição, e integrante da estrutura de sua personalidade, por meio da socialização" (Andrada Coelho, 1969:146).

A orientação positivista de Parsons transparece nessa sua formulação, na medida que supõe a correspondência entre equilíbrio social e estabilidade psíquica. Correlatamente, a maioria dos modelos psico-sociais de modernismo são modelos de equilíbrio, muito embora tentem dar conta de processos de mudança. Daí a dificuldade de Lerner (1964), por exemplo, em conceber a ambigüidade e a natureza dialética da mudança, preso que está a um modelo logicamente fechado.

A concepção parsoniana de sistema social, base da maioria das teorias da modernização, revela uma curiosa combinação de elementos positivistas (sua preocupação com a ordem, na construção de um sistema "completo"; sua retenção das categorias sexo e idade, como categorias sociais "necessárias", etc.) e de elementos idealistas, que transparecem em seu esforço de solução do "problema hobbesiano da ordem". O problema de Parsons, assim como de Weber, Pareto, Durkheim e outros era o de achar o local apropriado para os valores em suas conceitualizações de sistema social:

"Utilitarianism, as Parsons sees it, was one among several 'positivist' attempts to develop a theory of action ...Positivist systems of action treat 'scientifically valid empirical knowledge as the actors sole theoretically significant mode of subjective

orientation to his situation' ...Parsons also gives a number of other cases of positivistic theories. In practice the one of major interest is that in which factors are recognized as influencing the course of human behaviour away from the rational scientific pursuit of ends, but these are treated merely as causative factors over which the actor has no control" (Rex, 1961:97).

O problema central do positivismo, contudo, é que nele não há lugar para os componentes normativos do comportamento, considerados, ou irrelevantes, ou assimilados à categoria das condições.

"At the other extreme are idealistic theories, in which the the normative elements are the only ones and the element of 'conditions' and that of 'rational scientific' orientation of the actor disappears. As Parsons says: 'In an idealistic theory action becomes a process of 'emanation' or 'self-expression' of ideal or normative factors'" (Rex, 1961: 98).

Para Parsons (1949), uma teoria da ação deveria conter tanto os elementos normativos quanto os condicionantes. No entanto, o modelo parsoniano termina por superenfatizar os elementos normativos, ao ponto de considerar os sistemas sociais como totalmente integrados por eles. Esta mesma concepção idealista de sistema, ou estrutura, é encontrada também em Germani não obstante este último, em suas análises substantivas, esposar uma perspectiva realista, do ponto de vista gnoseológico, e basicamente histórica, o que o afasta bastante de Parsons, em que pese a influência dele recebida.

Da crítica ao positivismo de Durkheim, Parsons extrai boa parte de seu edifício teórico. Claramente positivista, ao tratar os fatos da vida moral pelo método da ciência positiva, Durkheim, não obstante, abre caminho para os componentes normativos, através de sua noção de consciência coletiva, inspiração para grande parte da corrente teórica chamada culturalista, muito embora esta última também tenha suas dívidas para com o idealismo (veja-se, por exemplo, o hegelianismo implícito no "superorgânico" de Kroeber). Apesar da crítica de Parsons, a consciência coletiva desempenha um papel, não apenas nas sociedades de solidariedade mecânica, mas também nas de solidariedade orgânica. A diferença entre ambas é que

"...whereas the collective conscience in simple social conditions lays down immediate ends and detailed means for achieving them, in more complex conditions it sets only more generalized ends and leaves the individual free to choose the intermediate means" (Rex, 1961: 99).

Abre-se lugar, então, tanto aos elementos normativos quanto a um certo conteúdo voluntarista da ação social.

Mas, tendo iniciado com uma profissão de fé positivista, Durkheim termina com uma teoria da ação idealista, na medida em que introduz elementos normativos ao nível dos fins, dos meios e da personalidade. Tendo iniciado com o pressuposto de que todos os elementos da orientação do ator devem ser compreensíveis pelos métodos da ciência positiva, Durkheim termina reduzindo as próprias categorias de espaço, tempo e causação (categorias básicas do pensamento científico em si mesmo) a fontes normativas. Parsons, todavia, não reconhece a perspectiva idealista de Durkheim, preferindo ver nele, essencialmente, um voluntarista e, sob esse ponto de vista, a solidariedade orgânica nenhuma aplicação tem em relação à sociedade industrial, que é predominantemente "anômica" - mas uma sociedade anômica é uma anti-sociedade, no esquema teórico

durkheimiano. Uma sociedade baseada numa divisão de trabalho anômica não é uma sociedade, problema que nos facilita compreender o dilema implícito nos modelos de "modernity" de Lerner (1964), Hoselitz (1964) e outros.

A crítica de Parsons nos devolve então ao dilema inicial: ou a ordem social ou a guerra-de-todos-contra-todos (problema central do modelo de Levy (1952), formalista neo-parsoniano que, se não explicita o termo modernização, constrói sua tipologia dicotômica dentro da mesma perspectiva de contrastar sociedades, ou tipos, urbano-industriais, a tipos tradicionais, residualmente definidos). Ainda que as alternativas sejam falaciosas, elas conduzirão Parsons na direção da ordem social, onde se realizará a curiosa síntese idealista-positivista que caracteriza seu formalismo.

A dupla contingência da interação social (que constitui a base do esquema lógico das variáveis-padrão) é resolvida pela ordem, sendo que a integração dos sistemas de interação, que para Parsons constituem a estrutura social, tem como ponto central a convergência entre motivações para a ação e os padrões normativos que integram o sistema social. Tal integração entre motivações e padrões normativos ocorre ao nível individual pelo processo de "building in", isto é, pela internalização, tanto por parte de Ego como de Alter, das expectativas recíprocas.

Uma situação de completa integração corresponde a uma completa institucionalização do conjunto de expectativas-papéis. Uma tal situação seria, porém, um limite extremo, uma situação polar, ou uma situação ideal. O extremo oposto forneceria uma situação de anomia. É interessante notar que, não obstante Parsons reconhecer que se trata de situações polares, empiricamente não existentes, ele apenas retira, ou nega realidade ao segundo polo - a anomia, para ele desprovida de importância por nunca se referir a nenhum sistema social concreto. Trata-se de uma inconsistência lógica, a revelar uma "inibição metodológica", e a revelar também o bloqueio que a indecisão idealista-positivista provoca em Parsons. Com efeito, se um dos polos nunca descreve um sistema social concreto, o polo oposto forçosamente tampouco dará conta de qualquer realidade empírica. Isto todavia não é levado em consideração por Parsons: sua preocupação com a ordem, categoria que se lhe torna necessária para o solução do "dilema hobbesiano", afasta de suas preocupações quaisquer cogitações sobre o conflito, numa super-ênfase que se torna, em alguns de seus seguidores, quase reificadora da completa institucionalização.

Ademais, os elementos normativos do sistema social sofrem em Parsons uma restrição, quando somente aqueles referentes à orientação recíproca dos atores são tomados em consideração, com o conseqüente desaparecimento dos fins da ação. Assim, esta última poderá ser instrumental, expressiva ou moral. Com essas três alternativas, Parsons procura fugir do dilema utilitarismo X idealismo, e dá a seu sistema um caráter voluntarista. Todavia, na medida em que centraliza sua análise apenas em torno ao subtipo integrativo do tipo moral de orientação-ação avaliativa, Parsons termina por ingressar numa teoria da sociedade idealista.

O modelo parsoniano é restringido apenas à orientação de ação avaliativa tomada em si mesma, isto é, com a exclusão de qualquer conteúdo da ação e seus fins. Chega assim aos padrões-valores que orientariam o comportamento recíproco, em termos de pares de alternativas: afetividade/neutralidade afetiva; orientação para si/orientação para outros, etc.

O alto grau de formalismo do modelo de Parsons é claro; Conforme observa Rex:

"One might have thought that a crucial element in role-expectation was the expectation of some specific service by 'alter' in order to achieve in some cases at least a

specific end for 'ego'. To put this concretely, I go to my barber to have a shave and a haircut in order to please my family and employers. A social system might be thought of as built up of patterns of motivation and role expectation of this sort. But, focusing his attention narrowly on the formal aspects of my relationship with the barber, Parsons' comment would be that my relationship with him is Affectively Neutral and Specific" (Rex, 1961:108).

Que utilidade poderia ter um modelo formalista, logicamente fechado (além de empiricamente inconsistente) como o de Parsons? Permitiria uma classificação de sociedades num esquema dicotômico, onde o tipo ideal deixaria de ser um primeiro passo heurístico, como o é em Weber, para se tornar um fim. Seu formalismo, por outro lado, tenderia a "condenar" todo comportamento, todo padrão cultural não consistente, ao nível lógico, com as variáveis do polo moderno, não explicitado mas óbvio, como disfuncional para a transição, quando a observação das sociedades subdesenvolvidas, e por suposição tradicionais, está a indicar o papel desenvolvimentista de formas tradicionais: o nacionalismo em certas nações africanas é um exemplo; mesmo o populismo, não obstante sua ambigüidade, constituiu-se em fator de autonomização e de modernização.

O formalismo de Parsons influenciou a vários formuladores de teorias da modernização. Tais modelos rejeitam a realidade "in flux" substituindo-a por categorias estanques que não permitem a captação quer da especificidade histórica de diferentes formações subdesenvolvidas (pela combinação de determinações gerais e emergentes), quer do movimento em si; quer, ainda, dos paradoxos, mesmo que aparentes, da transição do subdesenvolvimento ao desenvolvimento e do papel que nela desempenham padrões que, nas dicotomias adotadas, seriam classificados simplisticamente como tradicionais. De fato, lidando com requisitos de tipos ideais, incorrem tais modelos em duas ordens de falácias: confundem requisito com causa; ao lidarem com sociedades concretas reificam os atributos do tipo ideal e assim não podem compreender como certas formas particularistas, por exemplo, não obstante o particularismo ser incongruente com o tipo ideal urbano-industrial (ou moderno), muitas vezes se revelam funcionais em processos de industrialização ou de autonomização política.

OS NEO-PARSONIANOS.

Diretamente derivado da teoria de Parsons, encontramos o modelo de modernização, ou de desenvolvimento, (conceitos que surgem aí como intercambiáveis) de Hoselitz. Este autor parte de uma ponderação que seria aceita por qualquer sociólogo, qual seja, a de que a necessidade de relacionar-se a teoria econômica do crescimento com as condições culturais e políticas das áreas submetidas a crescimento rápido, é freqüentemente subestimada. Necessita-se pois de uma doutrina que relacione as dimensões econômica e cultural, destinada especificamente àqueles países definidos como subdesenvolvidos. Em outras palavras, é preciso desenvolver modelos teóricos para diferentes situações de transição, desde formas tradicionais até formas modernas de organização econômica (CF. Hoselitz, 1964).

A solução proposta por Hoselitz consiste em:

"...tentar estruturar as relações pertinentes em termos de 'variáveis tipológicas' tais

como as descreveu Talcott Parsons quando procurou fixar os fatores básicos constitutivos de um conjunto estrutural capaz de comportar o estudo comparado de sistemas sociais completos" (Hoselitz, 1964: 49).

Hoselitz isola certas das variáveis-padrão de Parsons, entre as quais acredita encontrar estreita relação funcional, seja num seja noutra polo das dicotomias. Assim, por exemplo,

"...o particularismo, a conquista de cargos na base da adscrição, e o individualismo face aos valores econômicos por parte dos membros da elite política e econômica se encontram estreitamente associados num país subdesenvolvido e constituem um sistema destinado a reforçar uma determinada configuração social.

Na medida em que uma elite em um país subdesenvolvido age sob a influência do princípio individualista, ela distorcerá qualquer plano de desenvolvimento no sentido mais favorável ao atendimento preferencial dos seus próprios fins econômicos" (Hoselitz, 1964:52-53).

Tal afirmativa revela alta dose de ingenuidade, quando, pelo uso da noção de elite, elimina aquela de interesse de classe. Por outro lado, coloca em dúvida a situação dos próprios EUA como sociedade moderna e desenvolvida (para Hoselitz são subdesenvolvidos aqueles países que possuem renda per-capita inferior à dos EUA, Canadá, Austrália e Europa Ocidental), visto que a este país se aplica como uma luva a descrição feita para o tipo subdesenvolvido, conforme tem indicado vários estudos críticos da ação das "corporations", dos "lobbies", da elite industrial-militar e, "last but not the least", da própria Maffia.

A partir de seu modelo, que na verdade é apenas uma aplicação do modelo de Parsons, coloca Hoselitz três indagações: 1) que modos de comportamento desviante, em termos dos valores de uma sociedade tradicional, provocarão transformações num sistema caracterizado pelo particularismo, pela difusão funcional, pela adscrição e pela orientação egocêntrica das elites? 2) Que grupos de indivíduos em uma dada cultura podem se transformar em portadores desse comportamento inovador? 3) O surgimento de um tal grupo é consequência de fatores culturais e estruturais peculiares a determinada civilização, ou tem tal grupo um caráter marginal no sentido étnico, lingüístico, religioso, etc. que possa ser sociologicamente identificado (Cf. Hoselitz, 1964:55)?

Outros autores, como McClelland (1961) e Hagen (1962; 1967) tentaram responder, em parte, a essas indagações. Tais autores não se propõem a elaborar um modelo do "homem moderno", como o faz Inkeles (1966), por exemplo, mas sim encontrar causas não econômicas para o desenvolvimento. Mais precisamente, procuram descobrir uma causalidade psicológica, num esforço, indisfarçado em McClelland, de refutar o determinismo econômico marxista, substituindo-o por um determinismo psicológico. De fato, para McClelland, o "n achievement" é a causa principal do desenvolvimento.

Jogando tanto com dados históricos (Grécia clássica), com sociedades primitivas e com sociedades complexas contemporâneas, e utilizando tanto a análise de textos como de testes projetivos ("TAT"), McClelland isola as características da personalidade com alto nível de "n achievement". Dadas essas características e observadas certas correlações entre tipos de personalidade e crescimento econômico, conclui que: a) o "n achievement" é um fator causal - é a mudança na mente dos homens que produz o crescimento, e não o oposto;

b) o elo de ligação entre o "achievement" e o crescimento econômico é o "business man", ou o "manager". Estes estariam voltados primariamente, não para o lucro, mas para planos altruístas. Especialmente no tempo das seitas pietistas, seu propósito era o de inaugurar na Terra o Reino de Deus. O que lhes interessa não é o lucro em si mesmo, mas o lucro como medida de sucesso (a confusão entre motivação, exigência estrutural do capitalismo e ideologia racionalizadora do comportamento econômico é aqui patente); c) o que distingue o comportamento do "manager" é a propensão ao risco calculado e à inovação.

Ora, se é evidente que o empresário, para ser empresário, necessita de certas motivações e certas características de personalidade, por outro lado essas características só podem se manifestar dinamicamente quando condições estruturais o permitem (1). É a própria dinâmica interna do capitalismo, a exigir o lucro e a constante reprodução ampliada do capital que obriga o empresário a ser empreendedor.

Próximo ao modelo de McClelland, ainda que colocando certa ênfase em fatores de ordem estrutural, coloca-se Hagen (1962; 1967). Se ele inclui em seu modelo fatores relativos à mudança de status em certos grupos sociais, ou se considera a emergência de novas classes em certos processos de mudança, seu nível de explicação continua psicologizante, sem lograr assim apreender a totalidade do processo de modernização/desenvolvimento.

Duas noções são centrais em seu modelo: a privação de status e a personalidade inovadora. Para que haja desenvolvimento, requer-se a existência, em determinado momento, de um número considerável de "inovadores", caracterizados por diversos traços de personalidade, entre eles a "necessidade de sucesso" e a "necessidade de autonomia".

Concentrando-se no estudo das elites, observa que as elites tradicionais não apresentam tais características de personalidade, visto que seu status depende de sua posição tradicional, e não de seu êxito. Aparentemente, sua estrutura de necessidades é adversa à inovação. Portanto,

"... se o progresso tecnológico há de começar (e continuar) em uma sociedade tecnologicamente estática, alguma força deve intervir no processo de transmissão da estrutura de personalidade de geração a geração. Não é suficiente que aqui e ali apareça ocasionalmente um indivíduo ou outro como uma personalidade marginal com valores e necessidades diferentes da maioria, pois esses indivíduos eventualmente marginais serão suprimidos pelos mecanismos de controle da sociedade arcaica ... O crescimento econômico exige, portanto, que surja uma situação capaz de inculcar novos valores e necessidades, não a um ou outro indivíduo isolado, mas a um grupo de indivíduos" (Hagen, 1967:98).

É aqui que se torna importante a noção de privação de status, com suas cinco "leis": lei dos grupos subordinados; lei da repulsa dos valores dominantes; lei do bloqueio social; lei da proteção do grupo; lei da liderança. Enfim, certos grupos sociais, privados de status, dadas as leis mencionadas e dadas determinadas características de personalidade, agem no sentido do desenvolvimento pelo desempenho de ações inovadoras no campo econômico e tecnológico. São os casos do Japão dos Tokugawa, da Antióquia e outros que fornecem a Hagen suas evidências empíricas.

Se o modelo de Hagen constitui uma boa contribuição à psicologia social das classes e da mobilidade, e uma boa análise da personalidade do empreendedor, ainda assim ele não constitui explicação do desenvolvimento, visto que esta não se esgota em

dimensões psicológicas. Elites modernizantes tem um papel crucial a desempenhar, mas tais elites, por mais modernizantes que sejam, não são necessariamente desenvolvimentistas. Pelo contrário, como ocorreu no Brasil, podem se tornar reforçadores da dependência, quando o empresário vê na associação ao capital internacional a melhor solução para a rentabilidade de seu investimento. De fato, mais que uma elite inovadora, o desenvolvimento requer uma elite com um projeto de dominação.

Finalmente, Lerner (1964), não se afastando muito dos demais modelos, e também preso ao tipo lógico de Parsons, ainda que não utilizando suas categorias analítico-descritivas, constrói sua teoria em torno aos conceitos centrais de "mobile personality" e "empathy".

Os meios de comunicação de massa seriam os principais responsáveis pela difusão de valores e motivações modernizantes. A personalidade móvel se distingue pela alta capacidade de identificação com novos aspectos do meio, pela capacidade de incorporar novas demandas que surgem de fora de sua experiência habitual. Os mecanismos responsáveis por tal capacidade operam tanto no sentido da projeção, que facilita a identificação pela atribuição ao objeto de certas qualidades do "eu", como da introjeção, que amplia a identificação pela atribuição ao "eu" de certas qualidades desejáveis do objeto. Ambos os mecanismos constituem o que Lerner designa como "empatia". Esta é a componente principal do estilo participante, que diferencia a sociedade moderna da tradicional, principalmente no que se refere ao fato de que na primeira o indivíduo supostamente deve ter opiniões sobre assuntos públicos. Empatia significa também a capacidade de reorganizar o ego-sistema a curto prazo, e de incorporar novos papéis e identificar valores pessoais com assuntos públicos. Tal mobilidade psicológica é difundida no mundo moderno pelos meios de comunicação de massa.

Outros modelos de modernização poderiam ser aqui apresentados. Todavia, com a exceção, dentre aqueles que conhecemos, do de Germani (1969), todos se filiam à mesma posição geral, psicologizante, de explicação do desenvolvimento pela modernização dos agentes, modernização esta vista por diferentes autores, como o citado Lerner, através de um prisma difusionista.

A CRÍTICA LATINO-AMERICANA.

Tanto as análises puramente econômicas, que reduzem o processo de desenvolvimento à criação de um setor dinâmico interno capaz de gerar crescimento autosustentado e uma internalização dos centros de decisão, como as análises psico-sociológicas em termos da passagem de um modelo "tradicional" para outro "moderno", revelaram-se insuficientes para apreender a dinâmica das sociedades latino-americanas. Não obstante se pretenderem complementares, nenhuma das duas perspectivas logrou incorporar o desenvolvimento como um movimento histórico onde se defrontam interesses de classe e interesses nacionais concretos. A internalização dos centros de decisão é, sem dúvida, essencial ao desenvolvimento, mas sua realização é um processo que, embora repousando sobre condições econômicas, se manifesta essencialmente como processo político e, assim, depende da existência de interesses de determinadas classes. Se essa internalização não se realizou, no caso brasileiro, isto se deve, em larga medida, à inexistência de uma classe industrial com projeto político.

As análises que partem de modelos de modernização supõem que as sociedades subdesenvolvidas pertencem a um tipo "tradicional", em oposição a outro, "moderno", ou que estejam transitando entre um e outro, ou ainda que encerram segmentos coexistentes correspondentes a um e outro tipo, como surge nas análises do tipo "Dois Brasis".

Cardoso (1964), ao criticar as teorias da modernização de inspiração parsoniana ou psico-social, ressalta que:

a) Os conceitos de tradicional e moderno não são bastante amplos para englobar todas as situações sociais existentes, ou para distinguir os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas. Ademais, tais modelos são culturalistas, e para explicar o subdesenvolvimento pela cultura seria necessário reter a especificidade cultural de cada sociedade. Por outro lado, essas teorias afastam do limiar de percepção do sociólogo as condições estruturais do subdesenvolvimento, particularmente aquelas concernentes ao choque entre interesses de classe e os requisitos do desenvolvimento, e entre estes e a situação de dependência.

b) Não se estabelecem nexos relevantes entre as diversas etapas econômicas e os diferentes tipos de estrutura social das sociedades "tradicionais", e não se vincula o processo econômico ao político-social, para o que seria preciso tomar o problema da formação histórica de uma sociedade e o tipo de forças sociais que nela agem, seja em sentido dinâmico, seja em sentido conservantista.

c) Os modelos de tradicionalismo-modernismo implicam uma específica concepção da história onde se admite que o padrão europeu ou norte-americano antecipa o processo que será atravessado pelos atuais países subdesenvolvidos. O processo de desenvolvimento consistiria numa reprodução das etapas do crescimento clássico, como surge no modelo de Rostow, onde a especificidade de cada situação subdesenvolvida desaparece (2).

Por outro lado, as teorias psico-sociais tendem a se integrar com as teorias "técnico-econômicas", umas incorporando elementos das outras. Exemplo sugestivo é o de Aron (1963). De qualquer forma, tendem a considerar o surgimento de certos tipos de personalidade como pré-requisito do desenvolvimento, numa confusão entre requisitos de tipos ideais com pré-condições de processos históricos. Daí resulta que:

"A ênfase de tais teorias nos fatores psico-sociais, e não nos econômicos, implica falta de ênfase na macro-dimensão da praxis coletiva, consistente nas relações dos homens com o meio físico. Mais ainda, a ênfase é posta nos fatores culturais ou nos fatores psíquicos, de tal modo que as relações sociais efetivas são vistas como expressão de traços de personalidade condicionados pelo meio sócio-cultural. No primeiro caso, a tendência de certas teorias sobre a regularidade de sucessão tradicionalismo-modernismo é para o culturalismo; no segundo para o psicologismo" (Pereira, 1968:37).

Assim, ou a tipologia modernismo-tradicionalismo é meramente descritiva de estados sociais ou, quando tenta ser explicativa, subordina processos estruturais a mudanças culturais ou de personalidade. Lembramos outra vez que tais teorias são de inspiração parsoniana, e que para Parsons a estrutura social é definida no plano normativo. A totalidade da estrutura social é por ele concebida como um conjunto necessariamente integrado de normas, sendo essa necessidade derivada de sua filiação epistemológica, mais do que da observação do funcionamento de qualquer sociedade concreta.

Todos esses modelos (culturalistas, psicologistas, difusionistas) se baseiam ainda no princípio do efeito-demonstração, sem contudo reter as condições sociais desse efeito,

tal como faz Germani quando associa o efeito-demonstração à noção de mobilização colocada na dependência de um "desenraizamento", vale dizer, de mudanças na estrutura das relações sociais.

É preciso notar ainda que o efeito-demonstração, e a modernização que pode provocar, não conduz necessariamente a uma "consciência subdesenvolvida" (em sentido análogo ao da "consciência do colonizado"). De fato, a modernização pode ser fator de obliteração de tal processo, constituindo-se simplesmente numa reorientação de valores e de padrões de consumo que podem mesmo funcionar como justificativa da dependência em sua forma de "internacionalização do mercado interno". Exemplos não faltam no Brasil de casos onde as relações sociais cruciais não deixaram de ser tradicionais, apesar da assimilação de hábitos modernos. Na realidade, padrões de dominação tradicionais se reforçam, a fim de permitir o novo consumo, ou inversamente, como pudemos observar na Amazônia, técnicas racionais modernas são introduzidas em tipos de exploração anacrônicos, precisamente para propiciar a manutenção das relações de classe tradicionais. É o caso da "modernização" de seringais no vale do Tapajó (Pará), onde o sistema de "aviamentos" é mantido como condição da manutenção da situação de classe do seringueiro, que para tanto (e para se apropriar dos recursos do Banco de Crédito da Amazônia) utiliza procedimentos modernos de contabilidade, rádio-comunicação, etc., e de "burocratização" (em sentido weberiano) do controle social. A modernização da camada dominante pode conduzir a uma intensificação da exploração do trabalho segundo os padrões tradicionais.

Ainda que a modernização atinja a comunidade interiorana, não se altera necessariamente aquela esfera da vida social fundamental para o desenvolvimento: a esfera das relações de produção e de dominação. Quando a modernização atinge tal esfera, daí podem resultar tensões conducentes à mobilização, como no caso conhecido da constituição de Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, mas essas mesmas tensões podem provocar, como provocaram, um efeito de reversão "tradicional" no sentido da desmobilização forçada, e da negação da participação popular no processo de mudança. Evidentemente, o processo não pode ser analisado senão quando os processos de modernização e mobilização são postos na dimensão da dinâmica das classes.

Hoetink critica as teorias da modernização considerando-as uma nova forma de evolucionismo, porque

"... en el estudio de los llamados países pobres o en vías de desarrollo, se postula, por lo menos implícitamente, la inevitabilidad y, por lo tanto, la predictabilidad de un desarrollo hacia el tipo de sociedad 'occidental' o desarrollada, con todas sus consecuencias culturales y estructurales. Evolucionismo simplificado, por cuanto la llamada 'problemática del desarrollo' se basea con frecuencia en una dicotomía, expresada en términos complementarios, tales como rico y pobre, occidental y no occidental, desarrollado y subdesarrollado" (Hoetink, 1965:26).

Ademais, o sociólogo, ao distribuir as sociedades em categorias dicotômicas, supõe implicitamente uma relativa homogeneidade das sociedades ocidentais (ou modernas), identificando nelas traços culturais ou psicológicos dos quais seriam carentes as sociedades não-ocidentais, e assim transforma uma carência comum numa característica básica dessas últimas, confirmando a crítica de Hoetink quanto à presença de uma premissa de evolução unilinear.

Esta é também a opinião de Silvert, ao ressaltar que a maioria dos modelos de modernização limita-se apenas, como é o caso de Lerner, a distinguir entre sociedade industrial e todas as outras, agrupadas sob a rubrica de tradicionais (Cf. Silvert, 1963).

Deve-se ressaltar outra vez que nessas teorias certos requisitos de tipos ideais - abstrações heurísticas - são transformadas em requisitos do movimento histórico, confundindo-se, no plano deste último, modernização e desenvolvimento como termos equivalentes denotando a passagem para o tipo urbano-industrial ocidental. Afirmar que a secularização e o universalismo são requisitos da sociedade moderna, concebida como um tipo ideal, não provoca dúvidas; é matéria pacífica. Mas afirmar que a secularização e o universalismo são requisitos para a transformação de sociedades concretas subdesenvolvidas, tradicionais, em sociedades desenvolvidas modernas, é algo completamente diverso. Trata-se, na verdade, de uma inferência lógica, mas carente de verificação empírica. E, por outro lado, de uma falácia, na medida em que tal perspectiva tende a transformar requisito em causa. Ainda, a transição entre tipos ideais é uma concepção abstrata, que deveria ser utilizada apenas para fins heurísticos, e não identificada com a história. Na verdade, não há transformação de tipo ideal para tipo ideal, mas sim a história de cada sociedade como processo concreto, ou de um conjunto de sociedades quando submetidas a forças sociais semelhantes.

A história é um contínuo processo de estruturação, desestruturação e reestruturação onde, concomitantemente aos processos propriamente estruturais, se produzem alterações normativas e valorativas. Mas, a maioria das teorias da modernização insiste em retirar os valores da superestrutura ideológico-normativa, e em lhes atribuir uma potencialidade dinâmica exagerada, o que é logicamente consistente com a concepção de estrutura social subjacente a essas mesmas teorias: o papel de "requisito-causa" dos valores deriva, por dedução lógica, de uma concepção de estrutura social vista como sistema normativo.

É assim que certas orientações de valor são vistas como "causa" do capitalismo, não obstante resultar este, no caso clássico, de um processo contínuo, a partir do século XIII, gradativamente criando e recriando seus componentes normativos. Observe-se de passagem que não desejamos afirmar que normas e valores são destituídos de significado. Pelo contrário, é evidente que não poderia existir uma sociedade capitalista com um sistema normativo e valorativo característico de uma sociedade feudal. Mas, pela mesma razão, não parece razoável supor que numa sociedade feudal se desenvolvam valores "capitalistas" (que supostamente causariam a transformação da sociedade), a menos que a primeira estivesse em processo gradativo de rompimento, seja por força de contradições internas, seja por efeito de fatores exógenos ou, mais provavelmente, pela conjugação de ambos.

É neste último sentido que uma concepção de modernização parece aplicável aos países subdesenvolvidos, quando condições estruturais e valorativo-normativas agem reciprocamente, desencadeando pressões e tensões, e mobilizando grupos sociais no sentido de certas mudanças. Todavia, particularmente no caso latino-americano, resta saber se tal processo corresponde a um movimento no sentido do desenvolvimento. No caso brasileiro isto parece duvidoso: as forças sociais que aí agiram e agem no sentido da mudança orientam-se para a industrialização, mas não para o desenvolvimento. De fato, após um breve período de "substituição de importações" - acidente histórico derivado de um momento conjuntural - aquelas mesmas motivações forneceram a base para a "internacionalização do mercado interno", processo que se realiza com o apoio da "elite"

industrial, da "elite" tecnocrática, da "elite" militar e da classe média, justamente os grupos sociais que em 1930 desencadearam o movimento social que criou as condições políticas para aquela "substituição de importações", processo esse, aliás, que se realizou na ausência de empresários de tipo schumpeteriano.

Certamente a sociedade moderna, urbano-industrial, tem seus requisitos. Não somente é necessário que haja fábricas, mas também hábitos de consumo e certas orientações normativas coerentes com o funcionamento de tal sociedade. Apenas, não podemos concordar com uma inversão idealista da causalidade histórica. A modernização alcançada por certos setores sociais do Brasil, e da América Latina em geral, como aponta Germani (1969), durante o período do "crescimiento hacia afuera" por certo estimulou a posterior industrialização. Todavia, esta última não constituiu um processo de desenvolvimento, e a própria modernização não se fez independentemente de transformações estruturais. Pelo contrário, pressões de ordem estrutural já vinham se manifestando, e um exemplo é dado pela análise de Cardoso (1962) sobre o processo de liquidação da escravatura, em si mesmo uma forma de modernização do sistema sócio-econômico, ou de reajustamento do sistema produtivo às novas exigências do capitalismo.

Convém lembrar também que o grau de coesão entre as instituições de sociedades urbano-industriais não é tão grande a ponto de tornar disfuncionais todos os componentes das culturas tradicionais. Pelo contrário, a sociedade industrial possibilita um maior número de alternativas coexistentes, o que torna desnecessária a premissa de um desenvolvimento unilinear.

Na América Latina, não obstante a proximidade cultural com a Europa Ocidental, o processo de modernização é reorientado por força de condições históricas particulares. Como ressalta Hoetink, a ausência de mobilidade, que supostamente qualificaria sociedades tradicionais, é mais uma característica da sociedade colonial que de um modelo "tradicional" e, no que concerne a América Latina foi bastante exagerada. Ainda que o caudilhismo militar tenha semelhança com a "standishe-patrimoniale Herrschaft", ou com o "Prabendalismus", os intensos movimentos político-sociais que o caracterizam parecem estar ligados mais a um excesso que a uma falta de mobilidade. Tal tipo de movimento social se propaga a todas as camadas sociais e não se pode falar de uma massa passiva. Ao contrário, encontram-se opções deliberadas no campo político-militar, e mesmo na formação de grupos primários encontra-se elementos oportunistas de comportamento coletivo. Por outro lado, durante o período posterior das "autocracias unificadoras", na tipologia de Germani, observa-se uma simbiose e uma fusão de elites tradicionais com grupos formados pelo caudilhismo, seguida da absorção de novos grupos, imigrantes. Mas, por outro lado, se os imigrantes europeus podem representar "personalidades inovadoras", sua absorção pela elite pode ter diminuído sua capacidade inovadora e, neste sentido, a "abertura" da elite pode ter tido uma função conservadora.

Ademais, o papel modernizador freqüentemente atribuído à classe média, no caso latino-americano é bastante limitado pelo fato de boa parte dela pertencer à burocracia estatal, e se subordinar a padrões paternalistas de recrutamento e lealdade pessoal, que caracterizaram o regime do caudilhismo e, posteriormente, do populismo, ambos uma combinação ambígua de formas tradicionais e efeitos modernizantes. Como mostra Wagley (1960), a classe média é um segmento altamente conservador, na sociedade brasileira. Inseguros quanto à sua posição, seus membros se empenham na preservação dos valores e padrões de conduta tradicionais.

Ou, como diz Hoetink:

"O tradicionalismo ideológico dos grupos médios e altos ... é incorporado em ideologias políticas importadas, tanto de 'esquerda' como de 'direita'. Assim, emerge uma ideologia de compromisso, que pode fomentar mudanças no setor econômico e tecnológico, mas se abstem enfaticamente de recomendar mudanças nas instituições 'sagradas', ou se opõe a tais mudanças. Germani fala de 'efeitos de fusão', em que atitudes e ideologias das sociedades industriais dominantes são postas a serviço do tradicionalismo cultural do país 'subdesenvolvido'. Assim, o conceito de 'consumer society' por exemplo, reforça o padrão de vida da elite tradicional, dando-lhe nova justificativa" (Hoetink, 1965:35-36).

Por outro lado, os processos de urbanização e de industrialização não se revelaram, no caso brasileiro, contraditórios a componentes tradicionais, tais como a família extensa e o parentesco ritual. Segundo alguns modelos de modernismo, tais padrões seriam contraditórios a uma sociedade industrial. Mas, na realidade, revelam-se funcionais, ao nível das classes baixas, para o ajustamento ao meio urbano, como mecanismos de segurança, na ausência de formas institucionalizadas racionais eficazes; e, ao nível das camadas dominantes, como mecanismo de articulação econômica e política. O problema não está nos padrões em si, mas na sua utilização social. Tanto podem ser utilizados num sentido conservantista quanto numa direção inovadora. A fim de devolvermos ao conceito de modernização seu valor analítico, é necessário dar-lhe significado consistente com as situações históricas de cada sociedade e verificar, empiricamente, qual o papel de atitudes e valores como aceleradores ou como bloqueadores do desenvolvimento.

Uma das formas pelas quais pode se manifestar a modernização, ou uma das conseqüências possíveis da modernização, é a formação de um modo particular de consciência social, que poderíamos chamar de "consciência do subdesenvolvimento", associada a formas específicas de mobilização. Em outras palavras, uma forma de mobilização ideológica que freqüentemente se apresenta sob a forma de nacionalismo. Trata-se todavia de um processo ambíguo: se de um lado consiste na negação da situação de dependência, por outro lado é freqüente que esteja repleto de manifestações carismáticas e de revivalismos de padrões culturais tradicionais. Pode também assumir um caráter ideológico, a esconder a reação de grupos sociais ou políticos a processos de mudança, e neste caso encobre um padrão tradicional de dominação ou de clientelismo.

No caso brasileiro, a ideologia assumida pela chamada Frente Parlamentar Nacionalista operava, claramente, como justificativa racionalizadora de interesses tradicionais defendidos por vários de seus membros. De fato, os representantes amazônicos dessa Frente, a pretexto de denunciar supostas tentativas de "internacionalização da Amazônia", e pretextando a defesa dos "altos interesses da região", ameaçados pela concorrência externa à produção de fibras e de borracha, concentravam seus esforços em pressionar o Estado no sentido do financiamento de atividades econômicas gravosas e, com elas, de relações de trabalho incompatíveis com o desenvolvimento. O nacionalismo, nesse caso, constituía um instrumento de manutenção de estruturas sociais tradicionais.

Mas, por outro lado, o nacionalismo tornou-se em outros setores sociais uma consciência negadora do subdesenvolvimento enquanto situação de dependência, conduzindo a empreendimentos de evidente significação para a economia nacional, como o

foi a criação da Petrobrás. E esta, uma vez criada, tornou-se uma espécie de galvanizadora da "consciência nacional". Num plano mais amplo, todavia, o nacionalismo se revelou inviável: faltando-lhe o apoio de uma classe crucial, e que deveria ser sua beneficiária - a burguesia industrial, formada a partir da "substituição de importações - o nacionalismo cai no vazio. De fato, tornado "ideologia tática" da esquerda, e utilizada em conexão com tentativas de mobilização do proletariado e de populações sub-proletárias, o nacionalismo se afastou daquela burguesia, e terminou por se chocar com a coalizão classe-empresarial-classe média-militares-capital estrangeiro, setores altamente modernizados que se unem num movimento de desmobilização e de desnacionalização. Enfim, um fenômeno tão complexo como o nacionalismo, e que assume funções diversas em diferentes sociedades, não pode ser simplisticamente classificado em dicotomias estanques.

Por outro lado, cumpre notar que não existe contradição necessária entre segmentos modernos e tradicionais no interior da sociedade brasileira. De fato, se observarmos o funcionamento do sistema político a um nível macroscópico, veremos que tanto o setor tradicional do "coronelismo" depende do setor moderno, quanto este daquele. Exemplos encontramos tanto no Varguismo como no seu oponente, o Udenismo. A política chamada "desenvolvimentista" do período Kubitschek não poderia se ter realizado não fosse o compromisso com os setores rurais tradicionais, e é esse compromisso que tem caracterizado o processo de modernização da sociedade brasileira.

De certa forma aparentadas às teorias da modernização são algumas tentativas de explicação do processo de desenvolvimento da América Latina. Furtado (1964), procurando ligar fatores não econômicos aos econômicos, filia-se em alguma medida ao esquema das teorias da modernização aqui referidas. Procurando distinguir entre o desenvolvimento autônomo e o dependente - o que, aliás, representa considerável avanço face aos modelos do tipo renda per-capita dos economistas, e do tipo "modernismo" dos sociólogos - Furtado vê no primeiro uma seqüência causal progresso tecnológico-acumulação de capital-modificações estruturais no perfil da demanda; e no segundo uma seqüência inversa: modificações na composição da demanda-acumulação de capital-progresso tecnológico. Todavia, ainda que diferenciando as duas situações, ele não enfatiza o papel da própria dependência no processo de desenvolvimento, o que só viria a ser feito em obras posteriores.

Semelhante é o esquema de Wallich (1965). Distinguindo países capitalistas adiantados e atrasados, nos primeiros o agente impulsionador seria o empresário; o processo envolvido seria a inovação tecnológica, e o objetivo predominante, o lucro. Nos países atrasados, a força motivadora seria dada pelo governo e pelas camadas populares; o processo se realizaria através da assimilação tecnológica, e o objetivo visado seria a elevação dos níveis de vida. Tal modelo possui o mérito de ver os países subdesenvolvidos como sistemas capitalistas, ainda que os veja apenas como atrasados, e não como dependentes. Tem o mérito, ainda, de ressaltar o papel de forças sociais outras que não as chamadas "elites empresariais".

Todavia, Wallich subestima estas últimas em favor da ação governamental, que aparece em seu modelo "desligada" de interesses das classes dominantes, sem os quais não se poderia entender, seja a política indiretamente industrializante que resultou dos mecanismos de "socialização das perdas", seja a política diretamente industrializante, a partir da década de 50, quando o Estado se empenha no financiamento e na criação de condições de rentabilidade para a empresa industrial.

Por outro lado, a "assimilação tecnológica" teve efeitos agravantes sobre o mercado de trabalho, bem conhecidos. Uma observação poderia ainda ser feita: mais do que uma ação do Estado por pressão de grupos populares, talvez tenhamos tido no Brasil um uso das camadas populares na coalizão populista.

Wallich, procurando reter a especificidade das formações subdesenvolvidas, ao privilegiar a ação das camadas populares, nos conduz a um novo elemento na caracterização do subdesenvolvimento: os países subdesenvolvidos são países pobres negadores de seu atraso econômico, pelo inconformismo de suas camadas populares. Se estas não assumem o controle do processo, fornecem todavia uma base social para movimentos políticos destinados a alterar a balança de poder tradicional, como foi a Revolução de 30. Na formação dessa consciência negadora do subdesenvolvimento jogou papel fundamental a modernização possibilitada, ao nível da classe média, pelo período anterior de "crescimiento hacia afuera", e o efeito-demonstração que resulta do crescente contato com o mundo desenvolvido.

Mas, esse efeito-demonstração, que tem como grupo de referência positivo os países do "centro", no sistema capitalista mundial é contraditório. Ele atinge mais as classes médias que o operariado; essas classes médias se sentem ameaçadas pela mobilização populista do operariado; sua motivação é a industrialização modernizante, e não a "internalização dos centros de decisão"; o modelo de referência é dado justamente pelos sistemas nacionais satelizantes. Assim, ao longo de três décadas, produz-se uma inversão nessa mobilização da classe média, enquanto a mobilização do operariado, amortecida pelo próprio populismo paternalista e peleguista revelava-se mais ilusória que real. Não deixando de ser industrializante e modernizante, ela nega, todavia, uma coalizão cujo objetivo, nem sempre consciente, é o de alcançar um crescimento econômico autônomo. E, de força social progressista em 1930 (embora não se deva exagerar o caráter de revolução de classe média desse acontecimento), remobiliza-se sobre a base de um "desenraizamento" psicológico como força conservadora, do ponto de vista do desenvolvimento. Em 1964, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" simboliza essa mobilização às avessas, e demonstra o apoio a grupos políticos e econômicos conservadores, mas "modernos". De fato, foi no período pós-1964 que se realizou a mais decidida política de modernização no Brasil. Ninguém mais coerente com os modelos do "modern man" que a elite governante do regime Roberto Campos. Mas é também nesse período que se realiza a mais decidida política de devolução da economia brasileira à organização internacional do mercado.

Vale lembrar a observação de Pereira no sentido de que aquele inconformismo popular é

"...difuso, na medida em que, enquanto afirmação de um futuro, não se consubstancia num específico projeto social. O que se verifica é a mediação de lideranças captadoras desse inconformismo e formuladoras de projetos de desenvolvimento que entram em competição. A competição entre tais projetos consiste, afinal, na competição entre possíveis historicamente dados de transformação dos subsistemas capitalistas 'periféricos'. No fundo, o inconformismo popular, sua captação e manipulação por lideranças mediadoras e sua expressão em diferentes projetos em competição consistem em diferentes graus e modalidades de conflito e de acomodação de interesses de classes sociais divergentes em tensão na periferia do mundo capitalista" (Pereira, 1970:69).

Segundo Wallich, o empresário pouco papel desempenha no processo de

desenvolvimento dos países periféricos, e tem ele razão quando comparamos o industrial brasileiro ao empresário europeu clássico.

"Uma vez que se tenha iniciado o processo de desenvolvimento sem que o empresário se encontre na vanguarda, suas possibilidades de conseguir a primazia parecem escassas. Social, política e economicamente, as cartas parecem se amontoar contra ele ... Na maioria dos países subdesenvolvidos o processo de desenvolvimento, hoje em dia, parece ser um processo eminentemente social, nacional e também nacionalista. Em maior ou menor grau o Governo é o agente mais visível e ativo. Em muitos casos, porém, o Governo é por sua vez o porta-voz de demandas populares intensamente sentidas. Por trás dessas demandas está um amplo desejo de níveis de vida mais elevados ... Se o empresário não representa o papel principal no desenvolvimento derivado, tampouco pode ser colocado em primeiro lugar seu lucro, entre os objetivos desse processo ... Uma das características do desenvolvimento shumpeteriano é sua orientação para a produção. Deriva sua força motivadora da esfera da oferta. Do outro processo de desenvolvimento pode-se dizer que está orientado predominantemente para o consumo. Seus elementos mais característicos pertencem à esfera da demanda" (Wallich, apud Pereira, 1970:65).

Parece-nos problemático, pelo menos no caso brasileiro, separar governo de empresários. O governo parece ser mais bem o porta voz destes que de anseios populares. Por outro lado, o desenvolvimento clássico, como no caso inglês, tampouco prescindiu da ação decisiva do Estado, como mostra Polanyi (19).

Contudo, é importante ressaltar que Wallich procura diferenciar o

processo de desenvolvimento derivado, do modelo clássico, embora o fator básico, a dependência, não seja retido.

O modelo de desenvolvimento vigente durante algum tempo foi o da "substituição de importações". A própria expressão enfatiza a importância da modernização de setores urbanos durante o período de "crescimento hacia afuera", etapa na qual se formaram grupos sociais consideravelmente modernizados que se constituíram em grupos de pressão no sentido da criação de condições possibilitadoras da manutenção de sua participação nos produtos da civilização urbano-industrial. Esgotadas as possibilidades de satisfação das aspirações crescentes geradas pelo "crescimento hacia afuera", este último teria que ser substituído por nova modalidade de articulação político-econômica. Esta última produz um resultado de importância fundamental na nova dinâmica dessas sociedades: durante a etapa anterior, ainda que as "oportunidades de vida" se concentrassem na cidade, esta era satelizada pelo setor agrário-exportador. A crise deste último ameaça a manutenção do nível dessas "oportunidades de vida" e para mantê-lo uma nova articulação político-econômica, pela combinação de um movimento revolucionário, de um padrão político populista e de uma industrialização substitutiva, provoca a inversão do padrão de satelização interna. A modernização gerada na "Terceira Etapa" da tipologia de Germani fornece, então, condições sociais para um novo modelo de crescimento, resultante, em parte, de uma "revolução de aspirações crescentes".

É inegável o papel do Estado como agente promotor das condições de industrialização em países como o Brasil: política financeira; política fiscal; investimentos de infra-estrutura; planejamento regional, etc. estão a evidenciar o papel do Estado na

industrialização. Todavia, convém não reificar o Estado, como parece fazer Wallich ao retirar seu conteúdo de classe. Por outro lado, não tem sentido considerar-se o empresário como indivíduo, mas sim em função de sua situação de classe. E esta prende-se, no início do período de industrialização mais a interesses agrários que urbanos.

A ação do Estado foi apenas involuntariamente industrializante e, uma vez criada, não se explica em termos de pressões populares, mas de industriais voltados para a rentabilidade de seus capitais. Wallich esquece também que muito rapidamente a direção do processo de industrialização passa para o capital internacional, ao qual se associa a burguesia industrial nacional. O Estado não é um agente autônomo, mas um mediador de interesses e, ao longo do período que se inicia em 1930, vai se transformando em "planejador" das condições de rentabilidade do empreendimento internacional.

Ao mesmo tempo, é preciso não esquecer que o Estado também exerce funções conservantistas, na medida em que se prende a grupos políticos agrários. Se sua ação é dinâmica em resposta às solicitações da indústria, é conservantista quando, através do Instituto Brasileiro do Café, do Instituto do Açúcar e do Alcool, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da Comissão do Vale do São Francisco, da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, e outras instituições semelhantes, opera no sentido da preservação dos interesses de setores dominantes rurais tradicionais. A própria ação dinâmica do Estado face à industrialização rapidamente se transformou - por falta de uma burguesia com projeto de classe, e em parte para atender ao compromisso com setores urbanos que cresciam na balança eleitoral - de uma substituição de importações numa importação substitutiva de capitais. O período Kubitschek é um bom exemplo.

Wallich no entanto tem o mérito de enfatizar fatores estruturais e institucionais, ao invés de prender-se aos fatores psicológico-culturais que constituem o fundamento das teorias da modernização de inspiração parsoniana.

Para Silvert (1962) e Graciarena (1967) a força motivadora do desenvolvimento periférico é dada por modificações ideológicas. Mais idealistas que Wallich, seus modelos recaem numa inversão da causalidade histórica que ignora o fato de ser o movimento no sentido do desenvolvimento radicado na insuficiência econômica do capitalismo periférico.

Esta insuficiência repousa sobre dois fatores básicos: os requisitos do padrão de dominação de classe interno, particularmente nos setores agrários, que pressionam o Estado deles dependente a agir através das instituições já mencionadas, e o padrão de satelização externa. O primeiro irá se transformar lentamente a partir da fase de substituição de importações, na medida em que esta coincide com a passagem para o que Germani (1967) chama de fase de "democracia representativa com participação ampliada", e na medida em que o setor industrial é capaz de se impor ao Estado. O segundo, todavia, modifica-se, na medida em que o país se torna menos dependente da exportação de um ou dois produtos primários, mas não desaparece, pois vai se acentuando a internacionalização do mercado interno.

De fato, países subdesenvolvidos são países economicamente insuficientes, isto é, incapazes de crescimento autônomo, integrados por um duplo padrão de satelização. Considerando apenas a satelização externa, subdesenvolvimento não é uma categoria oposta a desenvolvimento, mas a contrapartida deste no interior do sistema capitalista mundial. As formações subdesenvolvidas surgem

"... como diferenciações internas periféricas resultantes do funcionamento do sistema capitalista como um todo ... As relações externas das formações subdesenvolvidas

só são externas num primeiro passo analítico: enquanto se consideram isoladamente as formações subdesenvolvidas. Num segundo passo, porém, a externalidade de tais relações se esvai: as relações internas às formações subdesenvolvidas revelam-se então como desdobramentos periféricos e internos de um mesmo processo de satelização que se realiza no conjunto do sistema intersocietário capitalista" (Pereira, 1970:63).

Do ponto de vista econômico, a satelização assume o caráter de orientação dos investimentos pelas exigências do mercado internacional, no que concerne aos investimentos nacionais para exportação, e pelas exigências de rentabilidade do investimento estrangeiro. Como mostra Bettelheim (1968), na satelização a dependência se relaciona com a exploração. A primeira se manifesta sob forma política (não internalização dos centros de decisão), econômica (estrutura do comércio internacional) e financeira (estrutura dos investimentos externos), e se liga a duas formas de exploração: financeira (serviços de capital) e comercial (deterioração dos termos de intercâmbio).

O fenômeno da deterioração não é um problema isolado, mas comum a todos os países exportadores. Se um deles conseguir dinamizar o desenvolvimento, criando condições para a retenção dos benefícios do progresso técnico, ainda assim ele não poderá reter tais benefícios porque a produção dos demais países continuará a se expandir, e os preços continuarão a cair. (Cf. Prebitch, 1963). Coloca-se, pois, a necessidade de uma solução global para a fraqueza dinâmica de todos os países produtores, o que implica enormes problemas derivados das diferentes ordens de interesses das classes envolvidas no processo, em cada país. O problema é tanto mais grave quanto uma tal modernização poderá vir a abalar a situação de dominação dessas classes, do que é exemplo o chamado "sistema de aviamentos" na Amazônia, que tem como requisito precisamente a manutenção de baixos níveis de produtividade.

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina passou a ser definida como "área de segurança" para os EUA, e por isso tornou-se necessário "estabilizá-la". Mas isso pouco tinha a ver com a estabilidade de governos, e sim de sistemas sócio-econômicos. As crises governamentais, na verdade, tem efeito estabilizante, do ponto de vista do crescimento econômico, e freqüentemente foram estimuladas pelos próprios EUA. Seria admissível mesmo que uma "democracia com participação total", na expressão de Germani, que representaria um alto grau de modernização política, seja incompatível com os interesses políticos norte-americanos, mesmo porque tal estágio político exigiria amplo desenvolvimento.

O crescimento econômico da América Latina, induzido pela expansão industrial dos países de centro, se foi suficiente para modernizar partes dos países do continente, foi insuficiente para assegurar um desenvolvimento autônomo. A própria alternativa dada pela substituição de importações, na medida que depende de uma tecnologia capital-intensiva que exige grandes mercados e que se liga a formas monopolísticas ou oligopolísticas, rapidamente perde seu impulso dinâmico. Tendo em vista que as sociedades latino-americanas necessitam de modificações institucionais capazes de permitir o controle dos investimentos, a fim de evitar que estes venham a agravar a concentração de renda; a fim de ampliar as dimensões do mercado, e a fim de orientar o progresso tecnológico de acordo com as condições do mercado de trabalho, resulta que somente o planejamento central poderá orientar o processo de crescimento, e de modernização, no sentido do desenvolvimento.

Ocorre, porém, que tanto interesses de grupos político-sociais internos aos países latino-americanos, empenhados na manutenção de seus privilégios, assim como interesses externos, inclusive os de "segurança", se opõem a um tal projeto. O processo é pleno de contradições. Ações modernizantes deflagradas pelo Estado, terminam por ser absorvidas e redefinidas pelas estruturas tradicionais, como é o caso da SPVEA. Se a autonomia dos países latino-americanos depende de sua capacidade em formular uma política econômica dinâmica, torna-se necessário, para os interesses externos, que os centros de decisão sejam controlados externamente. Esse controle externo tende a preservar o sistema de poder interno, na medida em que este se constitui em força conservantista. No entanto, o próprio controle que o capital externo exerce sobre as economias nacionais de países como o Brasil, na medida em que expande o processo de industrialização e provoca uma série de formas de modernização da sociedade (desde o ponto de vista econômico); na medida em que estimula a construção de estradas e outras "economias externas", termina por desempenhar um papel dinâmico, ainda que não diretamente autonomizante. Essa modernização "infra-estrutural", contudo, provoca alterações e deslocamentos na estrutura de poder tradicional, podendo contribuir para uma modernização política e ideológica.

Por outro lado, a crescente participação de corporações internacionais na vida econômica interna dos países latino-americanos, não obstante provocar a modernização do sistema produtivo, tende a reduzir a capacidade decisória dos órgãos governamentais desses países. E para tanto, encontram apoio nos grupos chamados de "burguesia nacional" - menos um conceito que retenha uma categoria social real que uma manifestação de "wishfull thinking" de intelectuais nacionalistas. O objetivo desses capitalistas nacionais é o de reproduzir seu capital, e a empresa internacional se afigura como o melhor negócio, seja pela associação ou pela absorção. Já os setores tradicionais agrários, para os quais um projeto de desenvolvimento nacional significa alterações estruturais capazes de ameaçar sua situação de dominação, vê como alternativa mais favorável um crescimento modernizante subordinado a centros de decisão externos, preocupados com a "estabilização".

Segundo Furtado,

"... existem amplas razões que levam a crer que um tal 'projeto de desenvolvimento' [autônomo] é inviável nas atuais condições históricas da América Latina. É que a grande empresa norte-americana parece ser um instrumento tão inadequado para enfrentar os problemas do desenvolvimento latino-americano, quanto um poderoso exército motorizado resulta ser ineficaz ao enfrentar uma guerra de guerrilhas. As grandes empresas com sua avançada tecnologia e elevada capitalização, ao penetrar numa economia subdesenvolvida, particularmente quando apoiadas em muitos privilégios, têm efeitos similares aos de certas árvores exóticas que são introduzidas em determinadas áreas: drenam toda a água e dessecam o terreno, provocando um desequilíbrio na flora e na fauna ... Com efeito, a penetração indiscriminada, numa estrutura econômica frágil, de grandes consórcios, os quais se caracterizam por elevada inflexibilidade administrativa e grande poder financeiro, tende a provocar desequilíbrios estruturais de difícil correção, tais como maiores disparidades de níveis de vida entre grupos de população e rápida acumulação de desemprego aberto e disfarçado. Se reduz a capacidade de controle dos governos nacionais, permitindo-se que as grandes empresas norte-americanas atuem com mais liberdade do que já gozam, é de se esperar que tenda a se acentuar a concentração de atividades econômicas em certas sub-áreas, agravando as disparidades de nível de vida entre grupos sociais e áreas

geográficas. O resultado último seria um aumento real ou potencial das tensões sociais na América Latina. Como as decisões econômicas de caráter estratégico estariam fora do alcance dos governos latino-americanos, tais tensões tenderiam a ser vistas, no plano político local, tão somente pelo seu ângulo negativo. A ação do Estado teria que ser de caráter essencialmente repressivo" (Furtado, 1968:45).

Torna-se necessário acrescentar, todavia, que se o subdesenvolvimento é efeito da relação de dependência, ele é também, na medida em que representa anacronismo, condição dessa mesma dependência. Por isso mesmo, torna-se bastante limitada a possibilidade de realização de uma política econômica dinâmica por um Estado controlado simultaneamente por setores tradicionais (agrários) e modernos (empresariado urbano associado a corporações internacionais).

O subdesenvolvimento, enfim, implica, numa de suas dimensões básicas, na satelização externa. Contudo, é duvidoso, do ponto de vista do **crecimento** econômico, que um tal controle externo provoque necessariamente uma estagnação, como entende Furtado. Pelo menos no caso brasileiro tal concepção deve ser posta em quarentena: não obstante o crescente controle internacional, a economia brasileira apresenta apreciável ritmo de crescimento, e não se deve desprezar a possibilidade de continuidade de um crescimento "internacionalizado". De fato, uma internacionalização econômica não é contraditória às tendências do capitalismo.

Por outro lado, essa mesma internacionalização pode retardar a expansão do **desenvolvimento** à totalidade de uma sociedade como a brasileira. Uma industrialização subordinada a grupos supra-nacionais, ao contrário de uma industrialização nacional, que exigiria a ampliação dos mercados internos - única direção para a qual poderia se voltar, dado defrontar-se com uma situação externa já constituída - repousaria mais sobre a constituição de "ilhas de modernidade" relativamente limitadas quanto ao seu efeito multiplicador. Mesmo um Estado forte como o atualmente existente no Brasil, tem optado, quanto aos setores tradicionais da sociedade brasileira, dos quais depende politicamente, por soluções tangenciais. O exemplo da estrada Transamazônica é claro, como "solução" para os problemas sociais do Nordeste. Se tal empreendimento poderá vir a trazer efeitos dinâmicos para a Amazônia, pode se admitir a hipótese de que terá efeitos "estabilizadores" para o Nordeste, na medida em que se destina a deslocar excedentes populacionais desta região para a primeira. A própria industrialização do Nordeste, como mostram os casos do Centro Industrial de Aratu e da Cidade Industrial de Recife, se faz através de investimentos capital-intensivos, pouco contribuindo para a absorção dos excedentes populacionais da região, e provavelmente acentuando o fenômeno da "marginalidade" urbana (em parte, uma transferência da marginalidade rural para as cidades). Observe-se também que o volume dos investimentos realizados através do sistema BNB-SUDENE canaliza-se em sua quase totalidade para empreendimentos urbanos, evidenciando a imobilidade do setor rural.

A perspectiva latinoamericana é, pois, fundamentalmente política e histórica, em oposição ao formalismo categorial neo-parsoniano.

A PERSPECTIVA HISTÓRICA: O caso brasileiro.

O fenômeno do subdesenvolvimento brasileiro é, como todo fato social,

historicamente determinado, seja nas dimensões internas de constituição dos sistemas de dominação locais e nacionais, seja nas dimensões externas dadas pelo modo de integração dessa sociedade no sistema capitalista internacional. Quanto a estas últimas dimensões,

"... a especificidade do subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades `periféricas' e `centrais'. É preciso, pois, redefinir a `situação de subdesenvolvimento' levando em consideração seu significado histórico particular ... nesse sentido, há que distinguir a situação dos países `subdesenvolvidos' com respeito aos `sem desenvolvimento' ... este último [conceito] alude historicamente à situação das economias e povos ... que não mantêm relações de mercado com os países industrializados" (Cardoso e Faletto, 1970:26).

É a vinculação contraditória pelo mercado, numa espécie de "totalidade sincrética", que explica serem as diferenças entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos não apenas uma questão de diferentes etapas num processo evolutivo unilinear, mas diferentes posições recíprocas no interior de uma mesma estrutura econômico-política, situação essa que simultaneamente favorece e é favorecida pela configuração do sistema de dominação interno à formação subdesenvolvida. De fato, dependência não significa apenas que um país depende de outro no plano econômico, mas que o padrão de dominação interno depende da situação de integração externa, e vice-versa. Por isso mesmo, são limitadas as possibilidades de uma modernização política no sentido de uma "democracia com participação total" independentemente de um desenvolvimento econômico autônomo, ou autosustentado - se é que tal processo ainda tenha sentido, no atual estágio do crescimento capitalista supra-nacional.

Durante todo o período colonial, e durante o "Terceiro Estágio" do processo de modernização das sociedades latino-americanas, segundo a tipologia de Germani, constituiu-se uma classe dominante, econômica e politicamente, além de uma classe média dependente, em função do mercado externo. Se esses grupos se constituíram como resposta às solicitações do mercado externo, seus interesses de classe (dominantes e reflexos) passam a depender dessa mesma integração num sistema de divisão internacional do trabalho.

Se é verdade que o Brasil e a Argentina lograram alcançar certo grau de transformação estrutural, particularmente na fase de produção de bens de capital, tal processo não implicou uma internalização dos centros de decisão. Pelo contrário, acentou a externalização. As conjunturas de mercado não se revelaram suficientes para permitir o rompimento da dependência e das estruturas sociais internas. Tais conjunturas provocaram, pelo contrário, aquilo que Furtado chama de "mecanismos de defesa" no bojo de uma política de "socialização das perdas", e que tiveram como resultado não previsto a conhecida substituição de importações. Este processo não permitiu, contudo, a formação de uma burguesia industrial com um projeto de dominação próprio, no sentido da autonomia. Suas próprias limitações estruturais, de um lado, e de outro as maiores vantagens de lucro dadas pela associação ao capital internacional, impedem a formação de uma elite industrial autonomizante (Cf. Tavares, 1964; 1966. Cardoso, 1967). Por isso mesmo,

"... a dependência encontra ... seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relações entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la

como uma 'variável externa', mas que é possível analisá-la a partir de configurações do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes" (Cardoso e Faletto, 1970:30).

Se a independência política alcançada no século XIX criou as condições para uma liberação do "crescimiento hacia afuera", a modernização produzida por esse último processo criou condições políticas e econômicas para um breve interregno de autonomia não intencional (do ponto de vista das camadas empresariais). Mas este é rapidamente substituído pela "cooperação dos capitais externos", mais funcional, no que concerne às articulações de classe internas, do que um projeto que exigiria ampla intervenção estatal na promoção de certas "reformas de base", das quais seriam beneficiárias aquelas camadas empresariais, mas às quais faltava um caráter próprio de classe.

A partir da segunda metade do século XIX começa a se produzir no Brasil um gradativo processo de modernização, quer do ponto de vista da produção, quer do ponto de vista do consumo. Se o momento crucial da industrialização se localiza no século XX, mais precisamente em 1930, com a liquidação da República Velha, já no século anterior manifestavam-se as primeiras experiências empresariais. Enquanto fatores estruturais promovem a quebra do regime escravocrata e estimulam uma progressiva urbanização, como respostas às solicitações do mercado internacional, surgem também condições favoráveis para a ação de um certo número de agentes da industrialização (muito embora se tratasse de uma industrialização de tipo "intersticial") extraídos quer de grupos imigrantes, quer de camadas em ascensão, quer mesmo das antigas camadas senhoriais. Mas, tal processo não deixa de ser contraditório. Se era possível modernizar certos setores econômicos e sociais, convinha, contudo, não "abrir" a sociedade: em 1854, pela regulamentação da lei nº 601, de 1850, limita-se a saída de trabalhadores livres das fazendas e se redefine o estatuto da terra, restringindo o livre acesso às posses.

Mas, ao mesmo tempo, abolia-se o tráfico escravo e posteriormente a própria escravidão. De fato, tanto a produção de trabalhadores livres quanto a restrição à sua mobilidade refletem as necessidades da fazenda reajustada às pressões do mercado que necessita o trabalho assalariado. O que pode parecer um paradoxo é, na verdade, bastante coerente, se lembrarmos que a liquidação da escravatura representou a substituição de um "capital fixo" por um "capital variável", mais adaptado a uma economia concorrencial. Curiosamente, o próprio empresário territorial é um abolicionista:

"Quando, em uma determinada região, só uma pequena minoria dentre os senhores de terras continua a possuir e a trabalhar com escravos, para os que não possuem negros, ou os têm numa quantidade insignificante, a libertação significará a quebra do monopólio da mão de obra" (Vinhas de Queiroz, 1966:148).

Na realidade, antes da Abolição, o número e a proporção de escravos na população total já havia decrescido consideravelmente, de 2.000.000 em 1840 para 600.000 em 1888; e de 40% da população total, na primeira data, para 4% na última. A mesma necessidade de trabalho livre também motivava o incipiente empresariado industrial no sentido abolicionista.

É também na segunda metade do século XIX que surge no país, em proporção mais notável, um novo agente modernizador, representado pelo imigrante. Em parte por iniciativa de cafeicultores, que viam no trabalho branco a "salvação" do Brasil, em parte

por iniciativa governamental, interessado que estava o Império na colonização de certas áreas sulinas, a fim de suprir de alimentos o setor cafeeiro, ingressaram no país consideráveis contingentes de migrantes europeus, dos quais seriam extraídos, posteriormente, elementos industrializantes.

É ainda nesse período que se inicia a modernização do sistema de transportes e comunicações, com a criação, ainda que em pequena escala, de ferrovias, entre 1854 e 1858, e com a inauguração, em 1857, da primeira linha telegráfica. E a independência política facultou o surgimento de diversas indústrias, muitas das quais criadas por investimentos estrangeiros.

Ao mesmo tempo, porém, o sistema político tendia a reforçar o poder local conservantista, e a restringir a participação popular no processo político. Certas mudanças formais, como a instauração da República, representam deslocamentos na balança do poder econômico entre os diferentes setores da economia exportadora e, até certo ponto, refletem um processo de urbanização. Todavia, no que se refere à modernização política, tendencialmente orientada para uma "democracia com participação limitada" dos setores urbanos, a República representou apenas um reajustamento formal do padrão de dominação tradicional. De fato,

"Em menos de quarenta anos, de 1850 à penúltima década do século, o rumo seguido pelo país trouxe consigo importantes modificações sociais, como a transformação do trabalho escravo em trabalho livre, o surgimento de uma indústria 'leve' e de uma burguesia industrial com aguda consciência da necessidade de optar desde logo pelo desenvolvimento, um operariado capaz de associar-se em grêmios, uma classe média ativa e poderosa pelas posições que ocupava no Exército e, finalmente, a queda do Império. Mas, apesar dessas mudanças, não se tocou nos fundamentos da grande propriedade rural e, após os primeiros dias agitados da República, a mesma classe dos grandes senhores de terra conseguiu conservar o poder" (Vinhas de Queiroz, 1966:147).

Mais algumas décadas teriam que se passar até que uma combinação de crises internacionais e de um processo de modernização parcial (ao nível de atitudes e aspirações, e da formação de grupos mobilizáveis, mas sem uma ampliação correspondente na participação nas tomadas de decisão) possibilitassem novas transformações. Só em 1930 seria restringido o sistema de poder da República Velha ao nível do sistema político nacional, muito embora ao nível local continuem vigentes até hoje as mesmas técnicas de dominação e controle político. De fato, o movimento getulista foi mais um compromisso entre setores sociais diversos que uma destruição do "Ancien Régime". Mas, nem por isso, deixa o movimento de 1930 de ser relevante para a evolução da sociedade brasileira, marcando, com todas as suas contradições, o início de uma nova etapa de modernização do Brasil.

"Com efeito, Vargas e a Aliança Liberal significam um entendimento contra os grupos cafeicultores hegemônicos (debilitados pela crise de 1929) que engloba as reivindicações de grupos regionais, como os pecuaristas do Sul e os açucareiros do Nordeste, mas sem excluir os 'setores médios urbanos'. Opõem-se a essa aliança, em princípio, ainda que inutilmente, os antigos grupos hegemônicos das classes dominantes agora isolados politicamente e debilitados economicamente ... A política de Vargas cria, com posterioridade, uma nova base econômica que fortalecerá a burguesia urbana e integrará as classes médias e limitados setores das classes populares das cidades, **sem**

prejudicar economicamente os setores agro-exportadores. [Pouco depois, contudo] tratou Vargas de recuperar o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive dos cafeicultores, a fim de constituir uma nova aliança nacional de poder que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos" (Cardoso e Faletto, 1970:66; grifos nossos).

Com toda a ambigüidade inerente ao "compromisso", foi esta solução - uma constante na vida política brasileira - que possibilitou a defesa do mercado interno e da indústria nacional, e a orientação da ação governamental no sentido dos investimentos de infra-estrutura. Ainda que mantendo os interesses exportadores, dos quais continuava a depender a economia nacional, o varguismo permitia o surgimento ou a ampliação de uma burguesia e de uma classe média urbanas que, juntamente com um crescente operariado, iriam formar os ingredientes do esquema populista vigente até 1964.

Se considerarmos o processo de desenvolvimento como um movimento **político**, no sentido de uma alteração da estrutura de poder legitimada, o "tenentismo" e a Revolução de 1930 são manifestações desse movimento. É então que surge, com maior significado, - isto é, com significado político - a mobilização de grupos sociais destituídos, conforme o conceito de Germani, ou seja, o processo, tanto de ordem ideológica como social, através do qual determinados grupos adquirem capacidade de ação deliberativa, e passam a exercer atividade política. Tal mobilização repousa sobre dois fatores: de um lado, a desagregação da estrutura tradicional, liberando contingentes sociais do padrão de dominação então vigente; de outro, o efeito-demonstração, na concepção ampliada de Germani, que estende tal noção aos níveis de consumo dos produtos materiais e não-materiais da vida social urbana moderna, à formas de organização social, ao grau de participação na sociedade nacional, às relações interindividuais, etc. O "desenraizamento" e a mobilização, associados à mobilidade horizontal, irão criar uma classe baixa que, juntamente com a classe média, desempenharão um papel crucial, ainda que manipulado, no período tendencialmente autonomizante do varguismo.

Os processos de mobilização e o efeito-demonstração tornam a classe média uma força progressista: a manutenção do nível de urbanização, enquanto "oportunidades de vida", exige uma inversão do padrão urbano que, de satelizado deve passar a satelizador; exige a pressão no sentido da diversificação econômica. Contudo, se a preeminência da urbanização sobre a industrialização produz o aparecimento de setores médios urbanos, exprimindo inconformismo com o status quo, e fornecendo base social à nova industrialização por substituição de importações, paradoxalmente, as exigências deste último processo, enquanto processo autonomizante no contexto do quadro político possível, produzem uma reversão do papel daquela classe média, evidenciando, afinal, sua fragilidade como suposta base de um desenvolvimento nacional. Colocada na coalizão populista, psicologicamente desenraizada pela aparente ascensão do operariado, ameaçada em suas oportunidades de vida pela inflação (conseqüência, afinal, do próprio processo de industrialização), a classe média como que inverte seu comportamento. Desprovida de um projeto nacional, e voltada mais para a manutenção de seu nível de vida que para o desenvolvimento autônomo, ela passa a agir em função de um "efeito-fusão" como suporte social da nova dependência - a internacionalização do mercado interno.

A crise de superprodução cafeeira associada à crise internacional; a desvalorização da moeda brasileira, permitindo uma elevação da renda monetária do setor cafeeiro; a

redução simultânea da capacidade de importação; a política protecionista do Estado, criaram condições involuntárias para a industrialização. Em tal conjuntura, a reorientação dos investimentos para a manufatura substitutiva revelou-se mais compensadora que o setor cafeeiro original. Ademais, este último, bastante mais modernizado que os demais setores agrários de tradição escrava, gerara, não apenas capital, como também uma certa capacidade empresarial. As conseqüências dessa política industrializante refletem-se no fato de que, entre 1929 e 1937 a produção industrial cresceu em 50%.

Todavia, a natureza não planejada dessa industrialização, não obstante o projeto varguista, se torna clara no período que sucede a Segunda Guerra Mundial quando, em nome de uma "redemocratização" se reverte aos interesses tradicionais e aos externos. Apesar de já existir uma camada empresarial industrial ponderável, inexistia, ao nível do Estado, uma motivação desenvolvimentista. De fato, o Estado passa a adotar uma política anti-industrializante, motivado que estava com a defesa dos preços do café. Mantendo a paridade do cruzeiro, as manufaturas importadas tornavam-se mais baratas que as nacionais, mesmo porque o equipamento das fábricas brasileiras era notoriamente obsoleto: neste aspecto, o empresariado brasileiro era bastante carente de motivação modernizante. A maximização do lucro era procurada antes no protecionismo estatal e na exploração de conjunturas favoráveis que na renovação tecnológica. Décadas mais tarde, essa deficiência empresarial iria se revelar fatal. Definida pelo Governo Roberto Campos uma política de "modernização", a exigir condições de rentabilidade da empresa, a indústria brasileira rapidamente sucumbiu.

Mas, se aquela política anti-industrializante do após-guerra revelava uma ausência de consciência desenvolvimentista, e a ausência de um empresariado com projeto de classe, novamente terminou ela por favorecer o processo de substituição de importações. Esgotadas as reservas cambiais, apenas três anos após o término da guerra, novamente se reduz a capacidade de importação. Criado o sistema de ágios, a importação é grandemente limitada aos bens de capital, o que duplamente favorecia a indústria: restringia-se a importação de bens de consumo e subvencionava-se a importação dos equipamentos que possibilitariam a produção interna dos mesmos.

Essa industrialização se fez, contudo, num quadro político de relativo imobilismo. Não obstante a industrialização, o orçamento nacional ainda repousava nas exportações de produtos primários. Por outro lado, o poder político, dado o compromisso necessário, permanecia nas mãos da oligarquia territorial, por sua vez protegida pelas instituições governamentais, notadamente os chamados órgãos regionais e os institutos de contingenciamento. Ao mesmo tempo, a ausência de uma classe empresarial com projetos opostos aos das camadas dominantes tradicionais, impediu a modernização do sistema político.

Para Furtado, a causa de tal fato se prende à excessiva concentração regional da industrialização, reduzindo a importância política do setor industrial. Muitos industriais eram também grandes proprietários agrários, ou eram imigrantes sem vinculação nas classes dominantes a nível nacional. Os interesses tradicionais continuaram a controlar os centros de decisão (Cf. Furtado, 1968).

A industrialização substitutiva - cujo caráter "nacional" não deve ser exagerado, visto que se realizou com grande participação de capitais externos - gerou um processo de burocratização e racionalização que, na esfera empresarial ganhou impulso com a hegemonia interna da empresa internacional. De fato, a racionalidade da empresa

estrangeira se projeta sobre a empresa brasileira ancilar, desenvolvendo-se técnicas modernas de marketing, expansão dos meios de comunicação de massa, etc. Mas, outra vez, todos esses ramos modernizados iriam se concentrar na área da Grande São Paulo. Dados relativos a essa concentração, assim como ao processo de burocratização, são fornecidos por Brandão Lopes (1968).

Paralelamente à racionalização empresarial, desenvolve-se a burocracia governamental, em parte como resposta às novas solicitações que o crescimento econômico faz aos investimentos públicos, mas em parte também como resposta ao compromisso com o clientelismo que ainda impregna fortemente a sociedade brasileira. Mesmo nas áreas urbanas, o crescimento da burocracia reflete a "modernização" do clientelismo, inerente ao populismo. No Nordeste, e mesmo no Leste, é o "Estado Cartorial" que se impõe ao aparelho governamental, mas tal processo não deve ser visto como simples sobrevivência do patrimonialismo tradicional: ele é, mais bem, um produto da modernização geradora de uma classe média sem sustentação estrutural. De qualquer forma, o crescimento da burocracia não significa uma burocratização em sentido weberiano, ou uma racionalização modernizante do Estado.

Não se deve, todavia, esquecer que somente pelo compromisso com setores tradicionais foi possível desenvolver uma política modernizante e industrializante. O apoio político do governo, de Vargas a Goulart, em grupos patrimonialistas do Norte-Nordeste é o compromisso que permite a industrialização, ainda que esta seja cada vez menos viável como projeto nacional. De um lado criando condições de infra-estrutura e condições financeiras para a modernização e para a industrialização, mas de outro sustentando interesses tradicionais através de órgãos supostamente destinados a "fomentar" ou "valorizar" este ou aquele setor da economia agrária, o sistema político criado por Vargas conduz o país a uma gradativa industrialização. Mas, sua própria ambigüidade acaba por esvaziá-lo: não contando com uma burguesia com conduta de classe, o compromisso populista, que só tem sentido como meio para alcançar um fim, transforma-se num impasse.

O papel do empresário, para o qual o modelo populista era mais uma fonte de temor que uma técnica para assumir o controle político, particularmente no período da exacerbação "janguista", e para quem o nacionalismo representava menos uma ideologia desenvolvimentista que um fator de instabilidade a limitar a rentabilidade do capital "associado", não era menos ambíguo que o papel do Estado.

A industrialização do pós-30 havia resultado menos do surgimento de um novo tipo de personalidade empresarial, ou de um "modern man", que do surgimento de uma oportunidade de realização fácil de lucros. Por outro lado, a continuidade do processo de industrialização não chegou a desenvolver uma "bourgeoisie conquérante", razão pela qual, desprovida de orientações de valor compatíveis com uma "hegemonia burguesa", a camada industrial prefere optar pelo modelo de modernização oferecido pelo padrão "associado".

Cardoso associa tal ausência de projeto autônomo à origem social do empresariado, vinculado aos interesses exportadores. Um projeto de desenvolvimento autônomo implicaria no rompimento forçado com os setores tradicionais que ainda dominam, em parte não desprezível, a balança do poder, e aos quais essa própria burguesia industrial seguia ligada, mesmo porque ela era talvez menos industrial que financeira.

A ação da camada empresarial não se diferencia, segundo Cardoso, da camada agrário-mercantil:

As condições sociais de formação da burguesia industrial exercem um 'efeito de amortecimento' na concretização das possibilidades de consciência dos interesses de classe que a camada industrial virtualmente possui, e dificultam o desenvolvimento de formas de comportamento social compatíveis com sua 'situação de classe'" (Cardoso, 1964:166).

O próprio esquema político através do qual se procurava atingir a autonomização tendia a limitar a ação do empresariado industrial:

"... los grupos empresariales se encuentran limitados en cuanto a las opciones que pueden hacer por la ambigüedad de la situación en que surgen: o bien se asocian a las masas para presionar al Estado en contra a los grupos exportadores, o bien temen el posible desplazamiento de sus 'chances' de control político social por la acción de las masas..." (Cardoso, 1967:130).

A mesma ambigüidade é também assinalada por Furtado:

"A emergência de uma sociedade de massas abrindo caminho ao populismo, sem que se hajam formado novos grupos dirigentes capacitados para estruturar um projeto de desenvolvimento nacional em contraposição à ideologia tradicionalista, constitui a característica mais saliente do processo histórico brasileiro nos últimos dois decênios. Líderes populistas de vários tipos, conscientes do estado psicológico das massas, desenvolveram uma abundante retórica, com variações em torno das idéias de 'modernização institucional', 'reformas de base', 'modificações estruturais' e outras similares. Entretanto, ao extremar as disputas pelo poder pessoal e ao excitar as massas com a miragem de objetivos irrealistas, o populismo criou sérios obstáculos ao surgimento de um movimento político capaz de efetivamente mobilizar as massas para uma luta coerente pelo desenvolvimento. Enquanto isto, o controle dos principais centros do poder político permaneceu em mãos da oligarquia tradicionalista, que tem sabido utilizar a pressão populista como um espantalho para submeter mais facilmente a um esquema de ação comum os novos grupos industrialistas, os interesses estrangeiros que atuam no país, e os escalões superiores das classes militares" (Furtado, 1968:106).

Esta, todavia, não é a única razão da inexistência de um empresariado como classe. Martins nos indica que o próprio processo de substituição de importações, que engendrou a formação dessa camada, criou os obstáculos para a sua consolidação como classe. Analisando os grupos industriais em dois períodos do processo de industrialização - o período 1914-1938 e o período 1938-1962 - revela Martins a baixa porcentagem de empresários que se mantém como tais de uma a outra das datas extremas de cada período. Realmente, é essa pequena "longevidade" do empresário um dos fatores básicos para a sua não afirmação como classe.

"...o processo de eliminação de empresários da atividade industrial encontra suas bases e tem seu quadro de referência centrado na própria dinâmica do sistema de substituição de importações. Com isto não se pretende afastar ou reduzir a importância de aspectos ligados à capacidade empresarial ou à concentração econômica, mas, ao contrário, propor para eles, e quaisquer outros fatores que atuem na mesma direção, um marco estrutural que se define a partir das exigências geradas pelo sistema mencionado" (Martins, 1966:131).

As substituições iniciais superam o estrangulamento externo para logo depois recriá-lo, dando lugar a novas substituições. Martins mostra que, no início do processo, os produtores locais são chamados a satisfazer a demanda correspondente aos produtos antes importados, assim como aquela decorrente da expansão do mercado já existente antes da crise externa. As exigências de tecnologia não são muito elevadas, o que possibilita aos produtores já existentes adaptarem-se ao novo tipo de atividade. Todavia, desenvolve-se uma tendência ao estancamento ou à marginalização do tipo de produção anterior à crise, assim como dos empresários que a ela se ligavam e que não lograram se readaptar.

Na segunda etapa da substituição de importações (produção de bens de capital) as exigências de tecnologia e de intensidade de capital são bastante mais acentuadas, acelerando a eliminação de empresários, ainda que tal aceleração seja contrabalançada pela abertura de novos setores, dada a natureza extensiva do processo de industrialização brasileiro.

No que se refere à "rarefação" operada no interior da camada empresarial os efeitos dessa segunda etapa são equivalentes aos da primeira, ao que se acrescenta o fato de que

"...a ocupação de novos setores, gerados pela necessidade de dar continuidade ao processo de substituição se faz pela entrada de novos grupos, renovando continuamente o estrato ... Nesse sentido ... é como se a cada etapa mais importante do processo de substituição de importações pudesse corresponder um efeito atuante no sentido da rarefação ... das camadas empresariais voltadas para a indústria, dotando sua composição de um grau de heterogeneidade e transitoriedade extremamente significativo" (Martins, 1966:135).

Ao mesmo tempo, tende a decrescer a possibilidade do empresariado nacional dar prosseguimento ao processo, que exige investimentos cada vez mais complexos, e assim a própria substituição de importações exige, como condição de sobrevivência do empresariado nacional constituído num momento do processo, a entrada crescente de capital externo, e à medida que setores estratégicos passam ao controle de investimentos estrangeiros, o empresário nacional tende a se marginalizar.

Assim, a dialética do próprio processo de substituições, que criou o industrial nacional relativamente moderno, termina por marginalizá-lo, através da "internalização de uma nova divisão internacional do trabalho". Se em certas etapas do processo surge uma preponderância relativa do empresariado nacional face a outras camadas, nas etapas finais esse mesmo empresariado reverte a uma posição não-hegemônica face ao Estado e ao capital estrangeiro (Cf. Martins, 1966).

Paradoxalmente, é a própria exigência de modernização que elimina o empresariado nacional enquanto grupo potencialmente hegemônico, retirando-lhe um papel desenvolvimentista que dependeria de sua capacidade de agir, como classe, sobre o Estado no sentido de transformá-lo em seu agente.

A aliança política que reunia desde os setores tradicionais rurais até os estratos médios e setores da burguesia industrial, incluindo ainda as "massas" urbanas, constituiu o esquema político de consolidação do mercado interno e do nacionalismo de Vargas. Essa aliança, todavia, repousava sobre as conjunturas internacionais e, em 1954, com a baixa dos preços do café, uma combinação de pressões externas e internas (os setores exportadores que não mais podia suportar a política cambial protetora da industrialização) e das camadas médias urbanas, conduz à sua liquidação.

Com Kubitschek a aliança populista já não é nacionalista, mas

"desenvolvimentista", tomando o rumo da capitalização mediante recursos externos. Este novo rumo permitiria ao mesmo tempo satisfazer as demandas salariais urbanas, diminuir a pressão inflacionária, e satisfazer ao setor exportador, sem deixar de ser industrializante.

No período Goulart o populismo voltou a constituir a linha política, quando Goulart tenta, para manter-se, ampliar a participação política e econômica dos setores populares. Mas este populismo já não constituía uma aliança que incluísse as classes médias e, por outro lado, tentou-se conduzi-lo ao campo, de forma a incluir nele o proletariado rural.

Num certo sentido, tratou-se de uma devolução ao setor rural de um tipo de dominação dele originário, considerando-se o caráter paternalista do populismo como sistema de trocas clientelísticas. Nesta volta, porém, já não assumia mais um caráter de dominação tradicional, mas sim de canalização de novas massas mobilizadas contra a ordem tradicional. O estímulo dado às Ligas Camponesas apenas abalou ainda mais as possibilidades do projeto janguista (sobre a combinação de técnicas de controle tradicionalistas nessa forma de mobilização popular, ver Galjart, 1964).

Conforme observam Cardoso e Faletto:

"É de todo evidente que tal esforço apenas demonstrou a impossibilidade de conciliar interesses já claramente contraditórios; não só cindiu o ápice da aliança nacional-desenvolvimentista, pois os setores burgueses e latifundiários ainda estavam comprometidos, dentro do esquema de dominação vigente e a aliança não podia manter-se com a incorporação dos homens do campo ao movimento de massas; mas comprometeu-se também a acumulação, principalmente no setor público, pois os custos sociais de tal política diminuíram as possibilidades econômicas de continuar a redistribuição sem afetar a expansão do sistema capitalista. Alcançam-se assim, nessa etapa, os limites do populismo como forma de mobilização de massas e como possibilidade de propiciar o desenvolvimento" (Cardoso e Faletto, 1970:108).

Com o golpe de Estado de 1964, que marca o fim do longo período populista enquanto esquema político, e da substituição de importações enquanto esquema econômico (já em liquidação, aliás, no período juscelinista), substituiu-se o projeto de desenvolvimento pelo de modernização. Enquanto o primeiro implicava em autonomização, o segundo significa a racionalização institucional destinada a facilitar a concentração de capital, como contrapartida da abertura do mercado interno ao controle internacional.

Uma vez derrotado militarmente o modelo desenvolvimentista de origem varguista, passou-se à transformação do comportamento econômico, pela "purificação" do sistema empresarial. A destruição final do empresariado nacional é vista como desejável, em nome da modernização e da eficiência. É o que dizia o Ministro Paulo Egídio:

"Algumas empresas realmente fecharam suas portas e outras serão, em futuro próximo, obrigadas a cessar suas atividades. Se examinarmos, caso por caso, verificaremos que a maioria das empresas obrigadas a fechar suas portas o foi por incapacidade gerencial, ou de não se ajustarem às condições econômicas que o País exige" (Egídio, 1966:22).

Do ponto de vista da modernização temos aqui um acúmulo de contradições. A modernização social, possibilitada por um momento de dependência e de subdesenvolvimento, representada pelo "crescimento hacia afuera", associada a crises internacionais, gera um processo de industrialização e de desenvolvimento. Este tem como contrapartida um esquema político de cunho nitidamente "tradicional", dado pela aliança

entre o paternalismo populista, técnica de dominação que acompanha a formação de um proletariado de origem rural e de uma classe média dependente clientelista.

A industrialização acentua o processo de modernização urbana e, tendencialmente, na medida da expansão capitalista, produz uma passagem da "urbanização citadina" para a "urbanização generalizada". Ela não se faz acompanhar, todavia, da modernização do empresariado (e, muito menos, da empresa). De um lado, não chega a se formar uma consciência de classe empresarial; de outro, considerando-se o empresário do ponto de vista individual, faltam-lhe as características do capitalista inovador. De fato, o comportamento do industrial não difere muito daquele do cafeicultor, do cacauicultor ou do usineiro. Se estes substituíram a preocupação com a produtividade pela pressão sobre o Estado, visando políticas protecionistas ("socialização das perdas") não é outra a atitude do industrial, cuja rentabilidade é buscada, seja na sonegação de impostos, no protecionismo e na exploração "paternalista" do trabalho, seja na articulação familista do capital, e tem como contrapartida um operariado desprovido de consciência de classe. A obsolescência da indústria nacional torna-a vulnerável ao capital estrangeiro, quando o nacionalismo e o desenvolvimentismo são substituídos pela política de modernização. Esta última, aparentemente racional (e o seria, caso inserida num projeto nacional) representa o fim do desenvolvimento, enquanto tentativa de autonomização.

CONCLUSÃO.

Os modelos explicativos da sociologia da modernização norte-americana, de um lado, e aqueles da sociologia do desenvolvimento latino-americana (e da brasileira em particular), de outro, diferem substancialmente. Os primeiros são de inspiração parsoniana e presos a uma concepção formal de papéis. Atribuem poder causal ao plano das atitudes e ao nível normativo. São também de caráter difusionista e/ou evolucionista. Em contraste, os segundos, de inspiração neo-marxiana, ainda que não marxistas em sentido ortodoxo, privilegiam os fatores estruturais e são essencialmente históricos. Ainda que não eliminem de suas cogitações o plano dos valores, subordinam estes últimos à historicidade das relações sociais, com grande ênfase nas relações de classe.

As duas abordagens atribuem significados contraditórios à modernização e ao desenvolvimento. Enquanto as primeiras derivam o desenvolvimento da modernização, vista esta última como uma configuração de valores/atitudes, as segundas podem perceber a modernização como um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que este é visto não como crescimento econômico, medido através de indicadores quantitativos, mas como um processo de autonomização de decisões relativo ao crescimento. A modernização pode, então, ser um fator de dependência.

As teorias da modernização estabelecem relações causais de tipo formal entre valores, quantitativamente medidos através de técnicas de "survey", e indicadores econômicos do tipo renda per-capita. As teorias do desenvolvimento estabelecem relações causais de tipo histórico onde se privilegia, em larga medida, o plano do político que nelas parece surgir com maior poder explicativo que o plano econômico em si mesmo.

O processo histórico do crescimento econômico latino-americano em geral, e brasileiro em particular, revela-se por demais complexo e pleno de contradições e ambigüidades para poder ser retido pelos modelos psico-sociais formalistas da "modernity". Partindo esses modelos de construções lógicas fechadas, elas resultam num

esforço classificatório onde se opõem padrões culturais supostamente ocidentais a padrões não-ocidentais, considerados aprioristicamente tradicionais e, por isso, obstáculos ao crescimento. Essa concepção traz implícita a identificação do processo de modernização com o de desenvolvimento e, na variante de McClelland, por exemplo, assume o caráter de um determinismo psicológico. Mas, tais modelos parecem partir de uma falácia lógica, na medida em que modernização diz respeito a atitudes e, portanto, a disposições:

"... a disposition cannot be a cause of an observed event: glass has a disposition to shatter when knocked, but the cause of its shattering at a particular moment was the fact that a stone hit it, or that a blow was struck at it with a hammer ... the reification of the attitude and the attribution to it of motive power is fallacious because a disposition is not an act and is not an entity, and cannot be a cause" (Hutchinson, 1956:173).

A atribuição mecânica de uma função "desenvolvimentista" a determinada configuração de valores/atitudes implica em considerar disfuncional qualquer comportamento definido como tradicional, isto é, como não típico da sociedade urbano-industrial ocidental. Isso significa que tais teorias não podem reconhecer o sentido modernizante que pode assumir a tradição, como mostram, por exemplo, Rudolph & Rudolph (1967) e, inversamente, o significado anti-desenvolvimentista que pode assumir a modernização. Se de fato esta última pode ser fator de desenvolvimento, como o assinala Germani quando associa a modernização com a mobilização, o mesmo autor também mostra como essa modernização pode ter efeitos estabilizadores, e mesmo conservantistas (Germani, 1969). Semelhante é, também, a abordagem proposta por Sen (1968).

Por outro lado, a simples consideração da modernização como categoria conceitual substitutiva daquela de desenvolvimento, elimina das cogitações do sociólogo o fato de que desenvolvimento significa negação das condições de atraso implícitas no subdesenvolvimento, sem que esta última categoria se confunda com aquele atraso. E essas condições são dadas pela combinação do padrão de dominação de classe interno, com o padrão de dominação externo que, em seu conjunto, formam a dependência. Considerar apenas o comportamento individual de indivíduos de determinados estratos, transformando assim classes em "elites", não permite compreender estruturalmente o papel de **sistemas** de classe e de seus requisitos que, em certos setores de sociedades como a brasileira, exigem a continuidade do atraso e da dependência.

O desenvolvimento como negação do atraso significa, mais que uma mudança de valores (ainda que esta deva estar presente), uma transformação estrutural e, sendo o subdesenvolvimento uma manifestação "periférica" do sistema capitalista mundial, caracterizada pela insuficiência econômica, a superação desta implica a negação desse sistema, caso se admita que desenvolvimento signifique autonomização.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADA COELHO, R.G. 1969. ESTRUTURA SOCIAL E DINÂMICA PSICOLÓGICA. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- ARON, R. 1963. DIZ HUIT LEÇONS SUR LA SOCIÉTÉ INDUSTRIELLE. Gallimard, Paris
- BAZZANELLA, W. 1963. Industrialização e Urbanização no Brasil. AMERICA LATINA, Ano VI, nº 1.
- BETTELHEIM, C. 1968. PLANIFICAÇÃO E CRESCIMENTO ACELERADO. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- BRANDÃO LOPES, J. 1968. DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- CARDOSO, F.H. 1962. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO NO BRASIL MERIDIONAL. Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- CARDOSO, F.H. 1964. EMPRESÁRIO INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Difusão Européia do Livro, São Paulo.
- CARDOSO, F.H. 1967. Las Elites Empresariales en America Latina. In LIPSET, S.M. & SOLARI, A.E. (orgs.) ELITES Y DESARROLLO EN AMERICA LATINA, Paidós, Buenos Aires.
- CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. 1970. DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- EGIDIO, P. 1966. Entrevista. Jornal do Brasil (21-8-1966)
- FURTADO, C. 1964. UM PROJETO PARA O BRASIL. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- FURTADO, C. 1968. DESENVOLVIMENTO E ESTAGNAÇÃO DA AMERICA LATINA. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- GALJART, B. 1964. Class and Following in Rural Brazil. AMERICA LATINA, Vol. VIII, 3.
- GERMANI, G. 1967. POLITICA Y SOCIEDAD EN UNA EPOCA DE TRANSICION. Paidós, Buenos Aires.
- GERMANI, G. 1969. SOCIOLOGIA DE LA MODERNIZACION. Paidós, Buenos Aires.

- GRACIARENA,J. 1967. PODER Y CLASSES SOCIALES EN EL DESARROLLO DE AMERICA LATINA. Paidós, Buenos Aires.
- HAGEN,E. 1962. ON THE THEORY OF SOCIAL CHANGE. The Dorsey Press, Homewood.
- HAGEN,E. 1967. Como tem início o crescimento econômico. In COSTA PINTO,L.A. & BAZZANELLA,W. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- HOETINK,H. 1965. El Nuevo Evolucionismo. AMERICA LATINA, Ano VIII, 4.
- HOSELITZ,B.F. 1964. ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO. Ed. Fundo de Cultura, São Paulo.
- HUTCHINSON,B. 1956. Disposition and Cause. SOCIOLOGIA, Vol. XVIII, 2.
- INKELES,A. 1966. The Modernization of Man. In WEINER,M.- MODERNIZATION, Basic Books, New York.
- LERNER,D. 1964. THE PASSING OF TRADITIONAL SOCIETY. Free Press, New York.
- LEVI,M. 1952. THE SRUCTURE OF SOCIETY. University of Princeton Press, Princeton.
- MARTINS, L. 1966. Formação do Empresariado Industrial no Brasil. REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VOL. III, 1.
- McCLELLAND,D. 1961. THE ACHIEVING SOCIETY. Van Nordstrand, New York.
- MYRDAL,G. 1960. TEORIA ECONÔMICA E REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS. ISEB, Rio de Janeiro.
- NURSKER,R. 1957. PROBLEMAS DE FORMAÇÃO DE CAPITAL EM PAISES SUBDESENVOLVIDOS. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- PARSONS,T. 1949. THE STRUCTURE OF SOCIAL ACTION. Free Press, N. York.
- PEREIRA,L. 1968. CURSO DE SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO. UFBA, Salvador (mimeo).
- PEREIRA,L. 1970. ENSAIOS DE SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- POLANYI,K. 1957 . THE GREAT TRANSFORMATION. Beacon Press, Boston.

- PREBITSH,R. 1963. TOWARDS A DYNAMIC DEVELOPMENT POLICY FOR LATIN AMERICA. U.N.O., New York.
- REX,J. 1961. KEY PROBLEMS OF SOCIOLOGICAL THEORY. Routledge & Kegan Paul, London.
- RUDOLPH,L. & RUDOLPH, S. 1967. THE MODERNITY OF TRADITION. Chicago University Press, Chicago.
- SEN, L. 1968. Reevaluation of the Concepts of Modernity and Tradition. PROCEEDINGS OF THE II CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, Enshede.
- SILVERT,K.H. 1962. LA SOCIEDAD PROBLEMA;REACCION Y REVOLUCION EN AMERICA LATINA. Paidós, Buenos Aires.
- SILVERT,K.H. 1963. National Values, Development and Leaders and Followers. INTERNATIONAL SOCIAL SCIENCE JOURNAL, Vol. XV, 4.
- TAVARES,M.C. 1964. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. BOLETIM ECONOMICO DE AMERICA LATINA, Vol. IX.
- TAVARES,M.C. 1966. Substituição de Importações e Desenvolvimento Econômico na América Latina. DADOS, Vol. I, 1.
- VINHAS DE QUEIROZ,M. 1966. Notas sobre o Processo de Modernização no Brasil. REVISTA DO INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS. Vol. III, 1.
- WAGLEY,C. 1960. The Brazilian Revolution. In ADAMS, R.N. & GILLIN,J.P. SOCIAL CHANGE IN LATIN AMERICA TODAY, Harper, New York.
- WALLICH,P. 1963. Algunas Notas para una Teoria del Desarrollo Derivado. In AGARWALA,F. & SINGH,T. LA ECONOMIA DEL SUBDESARROLLO. Tecnos, Madrid.